

Auren Participações S.A.

An abstract, flowing, wavy graphic in shades of blue and purple, with iridescent highlights, spanning horizontally across the middle of the page.

**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2025**

Índice

Relatório da Administração.....	2
Relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas e individuais.....	5
Demonstrações financeiras consolidadas e individuais	
Demonstração do resultado.....	9
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração dos fluxos de caixa	11
Balanco patrimonial	13
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	15
Demonstração do valor adicionado	16
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais	
1 Considerações gerais	17
2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis	21
3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos	27
4 Apresentação de informações por segmento de negócio	27
5 Receita	27
6 Custos e despesas operacionais, líquidas	29
7 Resultado financeiro líquido	30
8 Caixa e equivalentes de caixa	30
9 Aplicações Financeiras	31
10 Fundo de Liquidez – conta reserva	31
11 Contas a receber de clientes	32
12 Investimentos	32
13 Imobilizado	35
14 Intangível	38
15 Empréstimos, financiamentos e debêntures	40
16 Fornecedores	46
17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	46
18 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	49
19 Ressarcimento	50
20 Provisão para litígios.....	53
21 Benefícios pós-emprego	55
22 Partes relacionadas.....	60
23 Patrimônio líquido	62
24 Instrumento financeiro e gestão de risco	65
25 Seguros	75
26 Informações complementares ao fluxo de caixa	76
27 Compromissos de longo prazo.....	77

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

1. PERFIL CORPORATIVO¹

A Auren Participações S.A., anteriormente denominada AES Brasil Energia S.A., é uma companhia de capital aberto categoria “B”, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração e comercialização de energia elétrica renovável e comercialização de energia.

A Auren Participações é controlada direta da Auren Energia S.A. (“Auren Energia”) desde 31 de outubro de 2024, data de conclusão da aquisição da Companhia pela Auren Energia, e possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável totalizando 5,3 GW de capacidade instalada totalmente contratada e 2,4 GW médios de Garantia Física, conforme abertura na tabela abaixo:

Abertura Portfólio	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física (MW médios)
Hidrelétrica	2.658,4	1.187,8
Eólica	2.307,8	1.106,7
Solar	328,3	73,8
Total	5.294,6	2.368,3

2. DESEMPENHO OPERACIONAL²

Fonte Hídrica

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não diretamente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), instrumento de compartilhamento do risco hidrológico.

O índice de disponibilidade verificada das principais Usinas Hidrelétricas da Companhia, como Água Vermelha, Promissão e Nova Avanhandava, que representam 75,5% da capacidade hidrelétrica da Companhia, encontram-se acima dos valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Para as usinas, cujos valores estão abaixo das referências, foi definida uma estratégia de revisão das manutenções plurianuais, visando aumentar a disponibilidade desses ativos e garantir maior segurança operacional ao longo dos anos.

Em comparação com 2024, o ano de 2025 apresentou condições hidrológicas marginalmente melhores, bem como uma maior demanda de potência para atendimento à carga nos horários de ponta. O cenário mais favorável no início do ano contribuiu para a elevação dos níveis de armazenamento dos reservatórios, proporcionando maior flexibilidade operativa para o despacho das usinas ao longo dos meses seguintes.

Como reflexo deste cenário, o volume total de energia bruta gerada pelas usinas hidrelétricas da Auren Participações atingiu 1.059,8 MW médios em 2025, 9,3% acima do registrado em 2024 (970,1 MW médios).

¹ Dados de Capacidade Instalada, Garantia Física e Geração consideram 100% de Tucano Holding III, joint-venture entre a Auren Participações e a Unipar Carbocloro S.A. (50%/50%).

² Considera, para os ativos eólicos e solares, a Geração Total (geração de energia + parcela de energia não produzida por restrição de razão elétrica).

Fonte Eólica¹

A geração eólica bruta atingiu 800,0 MW médios em 2025, 14,6% superior ao ano anterior (698,0 MW médios). O aumento é explicado principalmente pela entrada em operação completa dos Complexos Eólicos Tucano e Cajuína e da melhor performance dos demais ativos, parcialmente compensados pelos cortes de geração.

Fonte Solar

Os complexos solares registraram geração bruta de 62,3 MW médios em 2025, praticamente em linha quando comparado a 2024 (62,4 MW médios).

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Auren Participações Consolidado - R\$ milhões	2025	2024	Var %
Receita Operacional Líquida	4.095,7	3.881,0	6%
Custo de produção e operação de energia	(2.947,6)	(2.917,3)	1%
Lucro Bruto	1.148,0	963,6	19%
Gerais e administrativas	(136,9)	(207,2)	-34%
Outras (despesas) receitas operacionais	(76,4)	(37,5)	104%
Total das Despesas e Receitas Operacionais	(213,3)	(244,7)	-13%
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	934,7	719,0	30%
Equivalência Patrimonial	(2,1)	(9,6)	-78%
Receitas Financeiras	546,5	317,9	72%
Despesas Financeiras	(1.682,8)	(1.318,1)	28%
Total do Resultado Financeiro	(1.136,4)	(1.000,1)	14%
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	(203,7)	(290,7)	-30%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(159,3)	(99,0)	61%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5,9)	70,7	-108%
Prejuízo do Exercício	(368,9)	(319,1)	16%

Lucro Bruto

No ano de 2025, o lucro bruto totalizou R\$ 1.148,0 milhões, 19% acima do registrado no ano anterior, explicado principalmente pelo aumento na geração ano contra ano de 11,1%. Além disso, conforme mencionada na seção Desempenho Operacional deste documento, a conjuntura do setor elétrico, com a maior demanda de potência para atendimento à carga nos horários de ponta e a dinâmica de preços horários de mercado (com preços mais elevados nos horários de maior demanda), fez com que as usinas hidrelétricas da Companhia pudessem capturar maiores receitas relacionadas à modulação em comparação ao ano de 2024, além da entrada em operação total dos parques eólicos de Tucano e Cajuína que contribuíram para um aumento no lucro bruto de 2025 em relação ao ano anterior. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto do *curtailment* sofrido pelos ativos eólicos e solares da Companhia.

Despesas e Receitas Operacionais

As despesas e receitas operacionais somaram R\$ 213,3 milhões no acumulado do ano, queda de 13% com relação a 2024 (R\$ 244,7 milhões). O resultado se deve, principalmente, à captura de sinergias após a conclusão da combinação de negócios entre a Auren Participações e Auren Energia.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido registrado em 2025 foi uma despesa de R\$ 1.136,4 milhões, 14% acima da despesa de R\$ 1.000,1 milhões apurada em 2024, devido ao aumento no endividamento bruto da Companhia, que é explicado pela captação de R\$ 3.150,0 milhões em Debêntures da 2ª e 3ª emissões da Auren Participações em abril e julho de 2025, respectivamente. Tais emissões fazem parte do processo de gestão do endividamento da Companhia após a combinação de negócios da Auren Participações com a Auren Energia, visando o alongamento do perfil de amortização e prazo médio. Além disso, parte dos recursos destas emissões serão destinados à construção do projeto Cajuína 3.

Resultado Líquido

Como resultado dos fatores mencionados, a Auren Participações registrou um prejuízo líquido de R\$ 368,9 milhões em 2025 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 319,1 milhões em 2024.

São Paulo, 03 de março de 2026



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Auren Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Auren Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

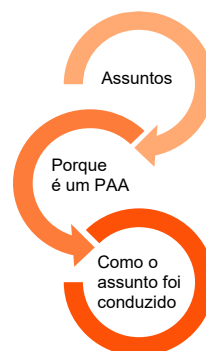
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Empréstimos e Financiamentos (Nota 15)	
A Companhia e suas controladas possuem diversos contratos de empréstimos e financiamentos obtidos junto a instituições financeiras nacionais e estrangeiras, os quais são suscetíveis a juros e variação cambial, totalizando R\$ 3.277.673 mil e R\$ 12.059.774 mil, na controladora e no consolidado, respectivamente. Determinados contratos possuem cláusulas de garantia, como cessão fiduciária de direitos creditórios e direitos emergentes das autorizações e antecipação de dívida, que envolve o cumprimento de certos índices financeiros e outras condicionantes que preveem, dentre outros, a anuência de instituições financeiras em alterações no controle societário e veto de cessão pela Companhia e/ou suas controladas de direitos e obrigações já cedidos em garantia para as respectivas instituições financeiras. Considerando a magnitude dos montantes envolvidos, a complexidade do julgamento na	Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros: • Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a identificação e avaliação de empréstimos e financiamentos e acompanhamento dos covenants; • Leitura dos contratos de empréstimos e financiamentos; • Recebimento de respostas de circularização para confirmação e conciliação com os saldos contabilmente registrados; • Entendimento da análise da administração sobre as cláusulas restritivas e a consistência da aplicação do entendimento em relação aos contratos de empréstimos e financiamentos; e,

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
interpretação dos contratos com as instituições financeiras, a necessidade de controles internos robustos e tempestivos e a relevância deste assunto para o risco de liquidez da Companhia, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.	• Recálculo dos covenants financeiros e avaliação do cumprimento. Consideramos que os julgamentos adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.
Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 17b)	
As controladas da Companhia apresentavam, em 31 de dezembro de 2025, saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 526.921 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações das controladas gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos. A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, entre outras variáveis. O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda e da base negativa da contribuição social e seus impactos na tributação futura das controladas da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude do valor em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.	Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: • Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pela Administração da Companhia e órgão de governança, das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros. • Com o apoio de nossos especialistas, analisamos os dados e efetuamos a avaliação da razoabilidade da metodologia e das principais premissas consideradas nos estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. • Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados pela governança. • Leitura das divulgações apresentadas em Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de <i>impairment</i>) (Notas 13 e 14) Conforme divulgado nas notas 13 e 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 13.895.446 mil e R\$ 1.681.644 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública. A Administração realiza, no mínimo anualmente, a avaliação de indicadores de redução ao valor recuperável e, quando aplicável, teste de <i>impairment</i> desses ativos, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras. Consideramos o teste de <i>impairment</i> dos ativos imobilizados e intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da relevância dos saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela Administração e, conseqüentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.	Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes: - Entendimento sobre as políticas da Administração e o processo de elaboração e aprovação, pela Administração e órgão de governança, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de <i>impairment</i>). - Análise da razoabilidade das principais premissas utilizadas e recálculo da acuracidade lógica e aritmética do modelo utilizado como base para as projeções de fluxos de caixa futuros.. - Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados pela governança. - Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas. Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.

Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações

Auren Participações S.A.

financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 24 de fevereiro de 2025, sem ressalvas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas,

Auren Participações S.A.

em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

Auren Participações S.A.

condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 3 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Auren Participações S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receita líquida	5	4.095.677	3.880.966	-	-
Custo com energia elétrica	6	(1.615.072)	(1.607.148)	-	-
Custo com operação	6	(1.332.573)	(1.310.200)	-	-
Lucro bruto		1.148.032	963.618	-	-
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	6	(136.880)	(207.187)	(2.867)	(36.174)
Outras despesas operacionais, líquidas	6	(76.408)	(37.470)	(24.464)	(2.298)
		(213.288)	(244.657)	(27.331)	(38.472)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		934.744	718.961	(27.331)	(38.472)
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	12	(2.058)	(9.558)	(137.209)	(208.375)
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	7	546.474	317.924	93.988	22.388
Despesas financeiras	7	(1.682.825)	(1.318.069)	(405.264)	(196.289)
		(1.136.351)	(1.000.145)	(311.276)	(173.901)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(203.665)	(290.742)	(475.816)	(420.748)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	17(a)	(159.317)	(98.984)	-	-
Diferidos	17(a)	(5.898)	70.655	(3.555)	11
Prejuízo do exercício		(368.880)	(319.071)	(479.371)	(420.737)
Prejuízo atribuível aos acionistas controladores		(479.371)	(420.737)	(479.371)	(420.737)
Lucro líquido atribuível aos acionistas não controladores		110.491	101.666	-	-
Prejuízo do exercício		(368.880)	(319.071)	(479.371)	(420.737)

Auren Participações S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Prejuízo do exercício	(368.880)	(319.071)	(479.371)	(420.737)
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários reflexo de controlada	-	-	57.305	(6.386)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	59.418	(3.775)	1.947	2.327
Outros resultados abrangentes	(2.645)	(2.009)	(2.645)	(2.009)
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado				
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários	(4.021)	51.261	(4.021)	51.261
	(316.128)	(273.594)	(426.785)	(375.544)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas controladores	(426.785)	(375.544)	(426.785)	(375.544)
Resultado abrangente atribuível aos acionistas não controladores	110.657	101.950	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(316.128)	(273.594)	(426.785)	(375.544)

Auren Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(203.665)	(290.742)	(475.816)	(420.748)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	6	817.224	711.958	1.465	1.400
Amortização de mais-valia	6	82.666	89.285	-	-
Baixa de imobilizado, intangível e arrendamentos	6	74.772	5.239	6.244	1.896
Equivalência patrimonial	12(b)	2.058	9.558	137.209	208.375
Juros, variações monetárias e cambiais		1.221.210	1.379.470	138.929	159.186
Apropriação de custos de captação	7	141.358	34.397	104.405	4.606
Instrumentos financeiros derivativos	7	54.614	-	52.508	-
Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures	7	15.877	-	15.877	-
Contratos futuros de energia	6	(14.975)	26.688	-	-
Rendimentos sobre fundo de reserva		(93.965)	(59.210)	-	-
Ajuste de preço na aquisição de subsidiária		-	22.186	-	-
Ações e opções de ações outorgadas		-	344	-	344
Constituição (reversão) de provisões					
Provisão (reversão) para litígios	6	16.446	11.216	1.577	-
Provisão de ressarcimento	5	430.593	350.417	-	-
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-
Atualizações de saldos					
Provisão para litígios	7	4.078	(34.336)	149	-
Benefícios pós-emprego	7	2.544	9.262	-	-
Custo do serviço de benefícios pós-emprego	21(d)	662	927	-	-
Depósitos judiciais	7	(2.390)	-	(86)	-
Ajuste a valor presente					
Juros sobre mútuo com partes relacionadas		-	-	(672)	-
Alienação de participação de investidas		(78.654)	-	-	-
		2.470.453	2.266.659	(18.211)	(44.941)
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(17.786)	(126.267)	-	-
Tributos a recuperar		17.061	46	10.226	(1.420)
Partes relacionadas		710	-	16.137	-
Recebíveis de alienação de participação societária		52.281	-	-	-
Demais créditos e outros ativos		97.157	(40.815)	(190)	(1.367)
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		(150.138)	112.529	(381)	(1.031)
Instrumentos financeiros derivativos		124.988	-	30.500	-
Tributos a recolher		(49.546)	(6.595)	(3.528)	-
Encargos setoriais		11.918	(909)	-	-
Partes relacionadas		7.216	-	1.932	-
Pagamento de ressarcimento	19	(125.793)	(181.246)	-	-
Pagamento de litígios, obrigações e acordos judiciais	20(a)	(1.181)	(1)	-	-
Pagamento de benefícios pós-emprego	21	(8.910)	(9.046)	-	-
Demais obrigações e outros passivos		7.538	(36.009)	(3.668)	2.279
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		2.435.968	1.978.346	32.817	(46.480)
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15(c)	(884.515)	(957.302)	(92.452)	(164.259)
Juros pagos sobre instrumentos derivativos		(190.805)	(191.409)	(94.119)	(48.949)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		(10.579)	(19.892)	(280)	(66)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(112.394)	(89.218)	(291)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		1.237.675	720.525	(154.325)	(259.754)

Auren Participações S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos		(7.046)	29.720	-	(94)
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(296.784)	-	(12.127)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		(43.443)	(34.650)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(889.985)	(824.694)	-	(4.630)
Aquisição de investimento		-	(161.357)	-	-
Aumento de capital em investidas	12(b)	-	60.173	(1.315.040)	-
Aumento de capital por acionista não controlador		6.000	-	-	-
Debêntures - Partes relacionadas	1.2.2(c)	-	-	(578.000)	-
Redução de capital em investidas	12(b)	-	-	78.877	233.899
Recebimento de dividendos		19.323	-	-	100.000
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(1.211.935)	(930.808)	(1.826.290)	329.175
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	15(c)	3.326.000	2.352.849	3.150.000	-
Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures	15(c)	(2.756.373)	(3.244.686)	(671.476)	(1.290.975)
Custo da captação de recursos	15(c)	(105.780)	(108.079)	(104.367)	-
Liquidação de arrendamentos		(3.442)	(8.473)	(1.388)	(1.553)
Liquidação de instrumento derivativo		125.386	84.775	104.248	24.850
Aumento de capital social	1.2.1(a)	1.200.000	1.100.000	1.200.000	1.100.000
Redução de capital social	1.2.1(a)	(1.053.543)	-	(1.053.543)	-
Pagamento de dividendos		(928.772)	(92.031)	(746.457)	(44.884)
Recebimento de ajuste de preço de compra de subsidiária		-	20.699	-	20.699
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(196.524)	105.054	1.877.017	(191.863)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa		(170.783)	(105.229)	(103.598)	(122.442)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.909.716	2.014.945	220.466	342.908
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		1.738.932	1.909.716	116.868	220.466

Com o objetivo de assegurar maior transparência e comparabilidade das informações financeiras, alinhadas ao processo de harmonização das práticas adotadas pela Companhia e sua controladora Auren Energia S.A., a Demonstração dos Fluxos de Caixa passou por ajustes de apresentação em relação ao exercício anterior.

Foram realizadas reclassificações entre as linhas de Ajustes de itens sem efeito caixa e de Variações de Ativo e Passivo nas atividades operacionais. Além disso, os saldos comparativos de 31/12/2024 referentes a "Juros pagos sobre instrumentos derivativos" foram reclassificados das atividades de financiamento (onde constavam em “Liquidação de instrumento derivativo”) para atividades operacionais, passando a evidenciar separadamente o pagamento de juros e o principal dos instrumentos derivativos.

Essas alterações não geraram impactos adicionais nas demonstrações financeiras, tampouco em índices relevantes das demonstrações individuais ou consolidadas.

Auren Participações S.A.
Balanco Patrimonial
Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	1.738.932	1.909.716	116.868	220.466
Aplicações financeiras	9	296.784	-	12.127	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	98.888	6.194	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	139	199.900	-	115.555
Contas a receber de clientes	11	519.714	501.928	-	-
Tributos a recuperar		101.152	116.647	8.117	194
Dividendos a receber	22	635	-	110.423	110.423
Contratos futuros de energia	1.2.2(b)	-	196.335	-	-
Cauções e depósitos judiciais		3.544	4.307	785	742
Ressarcimento	19	-	3.203	-	-
Recebíveis de alienação de participação societária		64.329	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		30.594	48.290	-	51
Outros ativos		135.976	184.855	1.890	1.686
		2.990.687	3.171.375	250.210	449.117
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	705.550	660.836	-	-
Partes relacionadas	22	3.797	4.507	611.475	-
Cauções e depósitos judiciais		15.497	8.118	147	104
Tributos a recuperar		105.010	106.576	11.427	29.576
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17(b)	156.544	173.514	-	465
Contratos futuros de energia	1.2.2(b)	-	46.120	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	179.034	14.847	179.034	-
Ressarcimento	19	-	6.038	-	-
Recebíveis de alienação de participação societária		30.224	-	-	-
Outros ativos		6.274	34.036	1.096	1.059
		1.201.930	1.054.592	803.179	31.204
Investimentos	12	166.584	106.817	6.618.252	5.484.796
Imobilizado	13	13.895.446	13.734.106	-	6.245
Intangível	14	1.681.644	1.858.492	-	-
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		79.706	82.020	1.465	2.930
		17.025.310	16.836.027	7.422.896	5.525.175
Total do ativo		20.015.997	20.007.402	7.673.106	5.974.292

Auren Participações S.A.
Balanco Patrimonial
Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.445.199	2.244.935	63.002	706.166
Fornecedores	16	450.869	544.828	306	688
Arrendamentos		3.399	3.327	1.564	1.388
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	190.186	64.330	168.664	12.165
Contratos futuros de energia	1.2.2(b)	-	208.826	-	-
Tributos a recolher		78.565	81.188	120	3.939
Encargos setoriais		32.660	20.742	-	-
Partes relacionadas	22	7.495	279	1.260	-
Dividendos a pagar	22	42.990	99.264	173	173
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	18	1.318	1.244	-	-
Provisão de ressarcimento	19	752.123	796.834	-	-
Provisão para litígios	20	11.046	11.749	1.406	744
Outros passivos		54.392	45.068	30	3.698
		3.070.242	4.122.614	236.525	728.961
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	10.614.575	8.979.293	3.214.671	-
Arrendamentos		96.257	96.491	-	1.564
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	3.676	45.669	-	-
Contratos futuros de energia	1.2.2(b)	-	48.604	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17(b)	31.456	8.083	3.864	-
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	18	220.093	139.836	-	-
Provisão de ressarcimento	19	521.859	152.880	-	-
Provisão para litígios	20	59.482	39.436	1.064	-
Benefícios pós-emprego	21	27.870	27.481	-	-
Obrigações de alienação de participação societária		85.630	17.449	-	-
Outros passivos		-	8.539	-	-
		11.660.898	9.563.761	3.219.599	1.564
Total do passivo		14.731.140	13.686.375	3.456.124	730.525
Patrimônio líquido					
Capital social	23	3.467.928	3.321.471	3.467.928	3.321.471
(-) Ações em tesouraria		(15)	(15)	(15)	(15)
Reserva de capital		1.234.780	1.234.780	1.234.780	1.234.780
Reservas de lucros		112.499	860.489	112.499	860.489
Prejuízos acumulados		(412.773)	-	(412.773)	-
Outros Resultados Abrangentes		(185.437)	(172.958)	(185.437)	(172.958)
		4.216.982	5.243.767	4.216.982	5.243.767
Participação dos acionistas não controladores		1.067.875	1.077.260	-	-
Total do patrimônio líquido		5.284.857	6.321.027	4.216.982	5.243.767
Total do passivo e patrimônio líquido		20.015.997	20.007.402	7.673.106	5.974.292

Auren Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	Nota	Reserva de lucros										
		Capital social	Reserva de capital	(-) Ações em tesouraria	Legal	Lucros a realizar	Reserva de Investimentos	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2024		2.196.958	1.258.949	(15)	40.283	73.749	1.117.025	-	(167.982)	4.518.967	1.060.456	5.579.423
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	(420.737)	-	(420.737)	101.666	(319.071)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	45.193	45.193	284	45.477
		-	-	-	-	-	-	(420.737)	45.193	(375.544)	101.950	(273.594)
Transações com os acionistas												
Remuneração com base em ações		-	344	-	-	-	-	-	-	344	-	344
Distribuição de dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.117)	(37.117)
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(108.202)	(108.202)
Aumento de capital mediante capitalização parcial da reserva especial de ágio de Controladora		24.513	(24.513)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital pelo acionista controlador		1.100.000	-	-	-	-	-	-	-	1.100.000	-	1.100.000
Aumento de capital pelo acionista não controlador		-	-	-	-	-	-	-	-	-	60.173	60.173
Mutações internas do Patrimônio Líquido												
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos		-	-	-	-	-	-	50.169	(50.169)	-	-	-
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(370.568)	370.568	-	-	-	-
		1.124.513	(24.169)	-	-	-	(370.568)	420.737	(50.169)	1.100.344	(85.146)	1.015.198
Em 31 de dezembro de 2024		3.321.471	1.234.780	(15)	40.283	73.749	746.457	-	(172.958)	5.243.767	1.077.260	6.321.027
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		-	-	-	-	-	-	(479.371)	-	(479.371)	110.491	(368.880)
Resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	-	-	52.586	52.586	166	52.752
		-	-	-	-	-	-	(479.371)	52.586	(426.785)	110.657	(316.128)
Transações com os acionistas												
Distribuição de dividendos intermediários	1.2.1(c)	-	-	-	-	-	(746.457)	-	-	(746.457)	(13.518)	(759.975)
Distribuição de dividendos intercalares	1.2.1(c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(112.524)	(112.524)
Aumento de capital pelo acionista controlador	1.2.1(a)	1.200.000	-	-	-	-	-	-	-	1.200.000	-	1.200.000
Aumento de capital por acionista não controlador	1.2.1(a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.000	6.000
Redução de capital pelo acionista controlador	1.2.1(a)	(1.053.543)	-	-	-	-	-	-	-	(1.053.543)	-	(1.053.543)
Mutações internas do Patrimônio Líquido												
Realização da reserva de lucros a realizar	23.3	-	-	-	-	(1.533)	-	1.533	-	-	-	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	23.4	-	-	-	-	-	-	65.065	(65.065)	-	-	-
		146.457	-	-	-	(1.533)	(746.457)	66.598	(65.065)	(600.000)	(120.042)	(720.042)
Em 31 de dezembro de 2025		3.467.928	1.234.780	(15)	40.283	72.216	-	(412.773)	(185.437)	4.216.982	1.067.875	5.284.857

Auren Participações S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas					
Vendas de energia, serviços e outros	5	5.150.428	4.982.034	-	-
Provisão de ressarcimento	5	(430.593)	(350.417)	-	-
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	6	150	(75)	-	-
Outras receitas (i)		(141.623)	(87.564)	(24.464)	(2.298)
Receitas relativas à construção de ativos próprios		979.655	881.218	-	-
		5.558.017	5.425.196	(24.464)	(2.298)
Insumos					
Energia comprada, encargos de uso e custos com operação		(3.063.530)	(2.996.729)	-	-
Serviços de terceiros, materiais e outros		(54.921)	(77.864)	(1.477)	(10.058)
		(3.118.451)	(3.074.593)	(1.477)	(10.058)
Valor adicionado bruto		2.439.566	2.350.603	(25.941)	(12.356)
Retenções					
Depreciação e amortização	6	(718.641)	(640.449)	(1.465)	(1.400)
Amortização da mais-valia		(82.666)	(89.285)	-	-
		(801.307)	(729.734)	(1.465)	(1.400)
Valor adicionado líquido gerado		1.638.259	1.620.869	(27.406)	(13.756)
Transferências					
Resultado de Equivalência patrimonial	12(a)	(2.058)	(9.558)	(137.209)	(208.375)
Receitas financeiras		557.386	327.263	97.224	23.478
		555.328	317.705	(39.985)	(184.897)
Valor adicionado a distribuir		2.193.587	1.938.574	(67.391)	(198.653)
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
	6				
Remuneração direta		118.698	182.307	-	16.749
Benefícios		29.257	30.009	2	5.273
FGTS		10.015	15.088	-	-
		157.970	227.404	2	22.022
Remuneração de capital de terceiros					
Juros e atualização monetária		1.396.788	1.374.039	206.689	167.830
Outras despesas financeiras		308.864	92.984	198.575	28.459
Aluguéis e arrendamentos		50.212	5.591	-	-
		1.755.864	1.472.614	405.264	196.289
Intrasetoriais – Encargos regulamentares					
	5				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH		72.753	50.752	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		18.777	24.353	-	-
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		26.307	23.365	-	-
Reserva Global de Reversão – RGR		83	-	-	-
		117.920	98.470	-	-
Tributos e contribuições sociais					
Federais		393.872	216.668	6.714	1.079
INSS		20.572	30.645	-	2.694
Estaduais		114.976	210.592	-	-
Municipais		1.293	1.252	-	-
		530.713	459.157	6.714	3.773
Remuneração de capitais próprios					
Distribuição de dividendos - não controladores	1.2.1(c)	112.524	-	-	-
Prejuízo do exercício		(479.371)	(420.737)	(479.371)	(420.737)
Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas não controladores		(2.033)	101.666	-	-
		(368.880)	(319.071)	(479.371)	(420.737)
Valor adicionado distribuído		2.193.587	1.938.574	(67.391)	(198.653)

(i) Em consonância com o CPC 09 – demonstração do valor adicionado (DVA) e alinhado às políticas da Auren Energia S.A., a Companhia reclassificou os saldos comparativos de 31 de dezembro de 2024 relativos à "Outras receitas", sendo apresentado o total da rubrica outras receitas (despesas) operacionais, líquidas, o qual estava sendo considerado em Insumos, na linha de “Outras despesas”. Estas reclassificações não geraram qualquer outro impacto nas demonstrações financeiras ou qualquer outro índice relevante no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e estão sendo reclassificadas na DVA para fins de comparabilidade.

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Auren Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), é uma companhia de capital aberto, com sede na cidade de São Paulo - SP, que tem por objetivo, de acordo com seu objeto social, (i) participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista; (ii) estudar, planejar, projetar, produzir, comercializar, construir executar e operar (a) sistemas de produção, transmissão e comercialização de energia, resultante do aproveitamento de rios e de outras fontes de energia incluindo, sem contudo se limitar, fontes renováveis como a solar, eólica e biomassa, instalação e implantação de projetos de produção independente de energia, operação e manutenção de usinas, obras e edificações correlatas, além de compra e importação de equipamentos para a geração de energia, (b) barragens de acumulação, eclusas e outros empreendimentos destinados ao aproveitamento múltiplo das águas e de seus leitos e reservatórios, e (c) planos e programas de pesquisa e desenvolvimento de novas fontes e vetores de energia, diretamente ou em cooperação com outras entidades; (iii) explorar, desenvolver, produzir, importar, exportar, processar, tratar, transportar, carregar, estocar, acondicionar, operar e manter atividades relacionadas ao suprimento, distribuição e comercialização de combustíveis destinados à geração de energia, além de realizar liquefação e regaseificação; (iv) prestar todo e qualquer serviço; e (v) desenvolvimento de outras atividades correlatas de interesse da Companhia.

A Companhia é registrada como companhia aberta na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, sob a categoria B, e é controlada diretamente pela Auren Energia S.A. (“Auren”), companhia aberta, que por sua vez possui como acionistas controladores a Votorantim S.A. (“Votorantim”) e o *Canada Pension Plan Investment Board* (“CPP Investments”), incluindo, em relação ao CPP Investments, a participação detida por Muskoka Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Responsabilidade Limitada.

A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração hidrelétrica, geração eólica e geração solar.

As atividades de suas controladas operacionais, são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”). As controladas operacionais da Companhia possuem as características listadas abaixo:

	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Geração hidrelétrica				
Auren Operações S.A., por meio da UHE Água Vermelha	1.396,2	Iturama - MG, Indaiaporã - SP, Ouroeste - SP	20/12/1999	11/08/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Nova Avanhandava	347,4	Buritama - SP	20/12/1999	30/05/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Promissão	264,0	Ubarana - SP	20/12/1999	25/09/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Bariri	143,1	Boracéia - SP	20/12/1999	26/07/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Barra Bonita	140,8	Barra Bonita - SP	20/12/1999	02/06/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Ibitinga	131,5	Ibitinga - SP	20/12/1999	13/08/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Euclides da Cunha	108,8	São José do Rio Pardo - SP	20/12/1999	29/06/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Caconde	80,4	Caconde - SP	20/12/1999	23/05/2032
Auren Operações S.A., por meio da UHE Limoeiro	32,0	São José do Rio Pardo - SP	20/12/1999	21/07/2032
Auren Operações S.A., por meio da PCH Mogi-Guaçu	7,2	Mogi Guaçu - SP	20/12/1999	04/07/2032
Auren Operações S.A., por meio da PCH São José	4,0	São João da Boa Vista - SP	19/12/2002	17/06/2036
Auren Operações S.A., por meio da PCH São Joaquim	3,0	São João da Boa Vista - SP	19/12/2002	08/06/2036
Total Geração Hidrelétrica	2.658,4			

	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Geração Eólica				
Complexo Eólico Alto Sertão II ("Alto Sertão II"):				
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	23,5	Caetité - BA	21/03/2011	21/03/2046
Centrais Eólicas da Prata S.A.	21,9	Igaporã - BA	28/03/2011	28/03/2046
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	31,9	Caetité - BA	08/04/2011	08/04/2046
Centrais Eólicas Morrão S.A.	30,2	Caetité - BA	25/04/2011	25/04/2046
Centrais Eólicas Tanque S.A.	30	Caetité - BA	30/05/2011	30/05/2046
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	30,2	Guanambi - BA	31/05/2011	31/05/2046
Centrais Eólicas Maron S.A.	30,2	Caetité - BA	12/03/2012	12/03/2047
Centrais Eólicas Dourados S.A.	28,6	Guanambi - BA	14/03/2012	14/03/2047
Centrais Eólicas Pilões S.A.	30,2	Caetité - BA	14/03/2012	14/03/2047
Centrais Eólicas Ametista S.A.	28,6	Guanambi - BA	15/03/2012	15/03/2047
Centrais Eólicas Caetité S.A.	30,2	Pindaí - BA	23/03/2012	23/03/2047
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	21,8	Pindaí - BA	23/03/2012	23/03/2047
Centrais Eólicas Espigão S.A.	10,1	Pindaí - BA	26/03/2012	26/03/2047
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	18,5	Pindaí - BA	26/03/2012	26/03/2047
Centrais Eólicas Borgo S.A.	20,2	Pindaí - BA	16/04/2012	16/04/2047
Complexo Eólico Ventus ("Ventus"):				
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	68,5	Macau - RN	20/08/2010	20/08/2045
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	58,4	Galinhos - RN	13/12/2010	13/12/2045
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	60,1	Galinhos - RN	13/12/2010	13/12/2045
Complexo Eólico Salinas e Mandacarú ("Salinas e Mandacarú"):				
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	16,8	Amontada - CE	01/07/2010	01/07/2045
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.	27,3	Trairi - CE	18/10/2010	18/10/2045
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	27,3	Areia Branca - RN	20/08/2010	20/08/2045
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	23,1	Areia Branca - RN	26/10/2010	26/10/2045
Central Eólica São Cristóvão S.A.	26,0	Trairi - CE	11/07/2012	11/07/2047
Central Eólica São Jorge S.A.	24,0	Trairi - CE	11/07/2012	11/07/2047
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	14,0	Trairi - CE	12/07/2012	12/07/2047
Complexo Eólico Vento de Araripe ("Araripe"):				
Ventos de Santo Onofre I Energias Renováveis S.A.	30,0	Simões - PI	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santo Onofre II Energias Renováveis S.A.	30,0	Simões - PI	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santo Onofre III Energias Renováveis S.A.	30,0	Simões - PI	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A.	30,0	Simões - PI	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A.	30,0	Simões - PI	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Joana VIII Energias Renováveis S.A.	30,0	Simões - PI	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.	30,0	Simões - PI	27/02/2014	27/02/2049
Complexo Eólico Caetés ("Caetés"):				
Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A.	13,6	Caetés - PE	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A.	27,2	Caetés - PE	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A.	28,9	Paranatama - PE	24/02/2014	24/02/2049
Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A.	27,2	Paranatama - PE	27/02/2014	27/02/2049
Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.	28,9	Paranatama - PE	20/02/2014	20/02/2049
Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A.	28,9	Paranatama - PE	24/02/2014	24/02/2049
Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	27,2	Paranatama - PE	26/03/2014	26/03/2049
Complexo Eólico Cassino ("Cassino"):				
EOL Vento Energias Renováveis S.A.	22,0	Rio Grande - RS	11/03/2011	11/03/2046
EOL Wind Energias Renováveis S.A.	20,0	Rio Grande - RS	21/03/2011	21/03/2046
EOL Brisa Energias Renováveis S.A.	22,0	Rio Grande - RS	11/03/2011	11/03/2046
Complexo Eólico Tucano ("Tucano"):				
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	43,4	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.	37,2	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A.	43,4	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.	43,4	Biritinga - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	39,9	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	49,6	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	55,8	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	49,6	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F9 Geração de Energias SPE S.A.	45,6	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F11 Geração de Energias SPE S.A.	34,2	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Tucano F13 Geração de Energias SPE S.A.	39,9	Tucano - BA	29/05/2020	29/05/2055
Complexo Eólico Cajuína ("Cajuína"):				
Serra Verde I Energética S.A.	57,0	Bodó, Carnaubais e Assú - RN	15/06/2020	15/06/2055
Serra Verde II Energética S.A.	57,0	Cerro Corá - RN	15/06/2020	15/06/2055
Serra Verde III Energética S.A.	57,0	Cerro Corá - RN	15/06/2020	15/06/2055
Serra Verde IV Energética S.A.	57,0	Bodó e Santana do Matos - RN	15/06/2020	15/06/2055
Serra Verde V Energética S.A.	51,3	Santana do Matos - RN	15/06/2020	15/06/2055
Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.	39,9	Pedro Avelino - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	39,9	Pedro Avelino - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	45,6	Pedro Avelino - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.	39,9	Pedro Avelino - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	45,6	Fernando Pedroza - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.	9,0	Lajes - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	68,4	Fernando Pedroza - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	17,1	Fernando Pedroza - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A.	63,0	Cerro Corá - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.	51,3	Fernando Pedroza - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A.	49,5	Angicos - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	22,8	Fernando Pedroza - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.	45,6	Pedro Avelino - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	45,6	Lajes - RN	09/10/2020	09/10/2055
Ventos de São Ricardo 01 Energias Renováveis S.A.	43,4	Fernando Pedroza - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 02 Energias Renováveis S.A.	43,4	Fernando Pedroza - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A.	51,3	Fernando Pedroza - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.	39,9	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 05 Energias Renováveis S.A.	49,6	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.	49,6	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 07 Energias Renováveis S.A.	49,6	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 08 Energias Renováveis S.A.	49,6	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 09 Energias Renováveis S.A.	49,6	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	45,6	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.	34,2	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 12 Energias Renováveis S.A.	63,0	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Ventos de São Ricardo 13 Energias Renováveis S.A.	49,6	Lajes - RN	26/11/2020	26/11/2055
Total Geração Eólica	3.150,4			

	Capacidade (MW)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Geração Solar				
Complexo Solar Guaimbê ("Guaimbê"):				
Guaimbê I Parque Solar Ltda.	30,0	Guaimbê - SP	15/06/2015	15/06/2050
Guaimbê II Parque Solar Ltda.	30,0	Guaimbê - SP	15/06/2015	15/06/2050
Guaimbê III Parque Solar Ltda.	30,0	Guaimbê - SP	15/06/2015	15/06/2050
Guaimbê IV Parque Solar Ltda.	30,0	Guaimbê - SP	15/06/2015	15/06/2050
Guaimbê V Parque Solar Ltda.	30,0	Guaimbê - SP	15/06/2015	15/06/2050
Complexo Solar Ouroeste ("Ouroeste"):				
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A.	23,0	Ouroeste - SP	10/06/2016	10/06/2051
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A.	23,0	Ouroeste - SP	12/05/2016	12/05/2051
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A.	23,0	Ouroeste - SP	10/05/2016	10/05/2051
Complexo Solar Água Vermelha ("Água Vermelha"):				
AGV IV Geradora de Energia S.A.	15,2	Ouroeste - SP	14/06/2018	14/06/2053
AGV V Geradora de Energia S.A.	30,4	Ouroeste - SP	14/06/2018	14/06/2053
AGV VI Geradora de Energia S.A.	30,4	Ouroeste - SP	14/06/2018	14/06/2053
AGV VII Geradora de Energia S.A.	33,2	Ouroeste - SP	29/09/2021	29/09/2056
Total Geração Solar	328,2			
Capacidade total de geração	6.136,95			

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1.2.1 Principais eventos societários

(a) Movimentações de capital social

Em 06 de janeiro de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, o aumento de capital social realizado pela sua controladora direta Auren, através da emissão de 107.768.392 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal ao preço de emissão de R\$ 7,42332688649 por ação, totalizando R\$ 800.000. O aumento de capital foi efetivado na mesma data, em moeda corrente nacional, mediante a transferência eletrônica de valores para a conta corrente de titularidade da Companhia.

Em 22 de abril de 2025, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária, a redução do capital social da Companhia de R\$ 4.121.471 para R\$ 3.067.928. Essa redução foi realizada por considerá-lo excessivo em relação ao objeto social da Companhia, conforme disposto no artigo 173 da Lei das S.A. A redução foi efetivada sem o cancelamento de ações de emissão da Companhia, mantendo-se representado por 858.847.622 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em virtude desta aprovação, a Companhia entregou na mesma data, à sua única acionista, à título de restituição de capital, o montante de R\$ 1.053.543 em moeda corrente nacional.

Em 18 de agosto de 2025, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, o aumento do capital social realizado pela sua controladora direta Auren, no montante de R\$ 400.000, com a emissão de 84.925.690 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal pelo preço de emissão de R\$ 4,710000 por ação. O aumento de capital foi efetivado na mesma data, em moeda corrente nacional, mediante a transferência eletrônica de valores para a conta corrente de titularidade da Companhia.

(b) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizados aumentos e reduções de capital social das controladas conforme tabela abaixo:

	Data	Valor
Controladas		
Via transferência bancária		
Tucano Holding I S.A.	31/01/2025	38.430
Auren Operações S.A.	28/03/2025	160.000
Auren Operações S.A.	18/05/2025	850.000
Tucano Holding I S.A.	30/06/2025	162.320
Arinos Solar Holding S.A.	30/06/2025	100
GF1 Holdings S.A.	30/06/2025	890
Ventos de São Tomé Holding S.A.	31/07/2025	11.000
Tucano Holding I S.A.	29/09/2025	32.300
Ventos de São Tomé Holding S.A.	06/10/2025	3.000
Ventos de São Tomé Holding S.A.	11/11/2025	4.000
ARN Comercializadora de Energia Ltda.	26/11/2025	(20.000)
Ventos de São Tomé Holding S.A.	03/12/2025	3.000
Ventos de São Tomé Holding S.A.	22/12/2025	50.000
Tucano Holding I S.A.	22/12/2025	(58.877)
		1.236.163

(c) Distribuição de dividendos intermediários e intercalares

Em 22 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou, a distribuição de dividendos intermediários, no montante total de R\$ 746.457, de acordo com o balanço da Companhia de 31 de dezembro de 2024, à conta das reservas de investimento e estatutária. O pagamento à única acionista, em moeda corrente nacional, ocorreu na mesma data.

Em 11 de julho de 2025, a controlada indireta Guaimbê Solar Holding S.A. aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários e intercalares no montante total de R\$ 110.965. Desse valor, foram pagos R\$ 83.224 aos acionistas não controladores e R\$ 27.741 à controlada direta Auren Operações,

conforme os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 30 de junho de 2025. O pagamento, realizado em moeda corrente nacional, ocorreu na mesma data da deliberação.

Em 22 de dezembro de 2025, a controlada indireta Guaimbê Solar Holding S.A. aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intercalares no montante total de R\$ 57.091. Desse valor, R\$ 42.818 são destinados aos acionistas não controladores e R\$ 14.273 à controlada direta Auren Operações. O pagamento ocorreu no dia 30 de janeiro de 2026.

1.2.2 Principais eventos operacionais

(a) Emissão de debêntures

No dia 15 de abril de 2025, a Companhia emitiu a 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com garantia fidejussória, no montante de R\$ 2.000.000 e prazo de 10 anos, com remuneração de IPCA + 7,4515% a.a. A captação foi realizada com a finalidade de melhorar o fluxo de caixa da Companhia, frente aos desembolsos relacionados aos novos projetos.

No mesmo momento, a Companhia contratou operação de derivativo de swap de taxa de juros, com o objetivo de se proteger das oscilações da inflação e garantir maior previsibilidade financeira. A operação converte o custo da emissão de IPCA + 7,4515% a.a. para CDI – 0,50% a.a., resultando em um custo *all-in* final próximo ao CDI sem *spread* (nota explicativa 13).

Em 14 e 21 de julho de 2025, a Companhia assinou a escritura da 3ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com garantia fidejussória, no montante de R\$1.150.000 e prazo de 12 anos, com remuneração de IPCA + 6,9164% a.a. Além disso, a Companhia contratou um instrumento derivativo na forma de swap, que converte o custo da Emissão de IPCA + 6,9164% a.a para CDI – 0,90% a.a., resultando em um custo *all-in* final próximo ao CDI sem *spread*.

(b) Cessão de contratos futuros de energia

Com a conclusão da combinação de negócios entre a Companhia e a Auren, foi realizada uma reestruturação em seu segmento de Comercialização, com o objetivo de consolidar, na Auren Comercializadora Ltda, controlada direta da Auren, os contratos de compra e venda de energia com terceiros.

Neste contexto, ocorreu a transferência da totalidade dos contratos de compra e venda de energia futura com terceiros dos ativos de geração da controlada da Companhia ARN Comercializadora para a Auren Comercializadora. Como consequência, registrou-se um ganho de R\$ 14.975 relativo à marcação a mercado dos contratos cedidos, reconhecidos na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, conforme nota 6.

(c) Emissão de debêntures privadas

No dia 13 de agosto de 2025, foi realizada a 1ª Emissão de Debêntures Privadas Simples, não conversíveis em ações, em série única, da Ventos de Santa Tereza 09. A Companhia subscreveu a totalidade das debêntures, com montante total de R\$ 578.000, vencimento em 13 julho de 2037 e juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% do CDI. A emissão tem como finalidade o investimento no projeto de autoprodução da Ventos de Santa Tereza 09, em conjunto com a parte relacionada Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”).

(d) Financiamento com o BNDES – Ventos de São Ricardo 01 e 02

Em 12 de setembro de 2025, as controladas indiretas Ventos de São Ricardo 01 e Ventos de São Ricardo 02 contrataram financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), estruturado em dois subcréditos:

- Subcrédito A: Proveniente do Fundo Clima, com condições específicas voltadas ao apoio de projetos sustentáveis e de mitigação de mudanças climáticas. O montante contratado foi de R\$ 159.487, com taxa de remuneração pré-fixada em 8,20% a.a. Desse montante, R\$140.800 foram recebidos em 07 de novembro de 2025, sendo que o valor residual está previsto para liberação em 2026.
- Subcrédito B: Proveniente do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), destinado ao apoio de investimentos produtivos com geração de emprego e renda. O montante contratado foi de R\$ 40.413, com taxa de remuneração de IPCA + 9,55% a.a. Desse montante, R\$35.200 foram recebidos em 07 de novembro de 2025, sendo que o valor residual está previsto para liberação em 2026.

O financiamento tem vencimento em 15 de julho de 2049, com pagamentos mensais e sucessivos, e conta com garantias reais pactuadas conforme os termos contratuais.

(e) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica e solar:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.
- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.
- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, e diferem das normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

As demonstrações consolidadas financeiras da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), consolidada e individual, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído (“*deemed cost*”), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão, que foram mensurados inicialmente a valor justo na data de homologação.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 03 de março de 2026, autorizando sua divulgação.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

Continuidade Operacional

A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2025, um capital circulante líquido negativo de R\$ 80.174 (R\$ 951.239 em 31 de dezembro de 2024) nas demonstrações contábeis consolidadas, motivado, principalmente, pelos compromissos assumidos ligados à construção dos complexos de Tucano e Cajuína e restrições de geração impostas pelo agente regulador nos ativos eólicos e solares em operação, que impactou negativamente a geração de caixa das empresas.

Apesar desse cenário, a Companhia tem demonstrado capacidade de geração recorrente de caixa operacional, conforme evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa, que apresentou um montante de R\$ 1.198.633 no exercício.

No contexto da combinação de negócios com a Auren, a Administração da Companhia possui um plano para recuperação da performance dos ativos, com iniciativas focadas em disponibilidade, confiabilidade, performance e governança.

Em linha com esse plano e com o objetivo de atender aos compromissos financeiros assumidos, em 12 de setembro de 2025, as controladas Ventos de São Ricardo 01 e Ventos de São Ricardo 02 contrataram financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de R\$ 199.900. Desse montante, R\$ 176.000 foram recebidos em 07 de novembro de 2025, sendo que o valor residual está previsto para liberação em 2026, conforme mencionado na Nota 1.2.2 (d). O financiamento possui vencimento em 15 de julho de 2049, com condições de pagamento e garantias pactuadas conforme os termos contratuais.

A Administração da Companhia continua avaliando as melhores alternativas de alocação de caixa considerando sua estrutura ótima de capital.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações em moedas estrangeiras são convertidas em reais. Para itens remensurados são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado como “receitas e despesas financeiras”.

2.5 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Quando da aquisição de controladas, as políticas contábeis das mesmas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empreendimento controlado em conjunto (joint venture)

Investimentos onde a Companhia tem o controle em conjunto com outros investidores são classificados como *joint ventures*. Em uma *joint venture*, a Companhia tem direito aos ativos líquidos da *joint venture*, e não aos seus ativos e passivos específicos. As participações em *joint ventures* são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, após serem reconhecidas inicialmente ao custo no balanço patrimonial.

A controlada direta Tucano Holding I S.A. detém 50% de participação na Tucano Holdings III S.A., empreendimento controlado em conjunto com a Unipar Carbocloro S.A. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

(c) Operações em conjunto e Consórcios (joint operation)

Operação em conjunto (*joint operation*) é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadores em conjunto.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais das controladas da Companhia. Dessa forma, ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras, na proporção correspondente a participação da Companhia.

As controladas indiretas MS Participações e Santos Energia Participações, por meio de suas investidas, também operam em conjunto os consórcios Faísa/Embuaca, Mar e Terra/Bela Vista e Faísa/Tairi, seguindo o modelo de operação compartilhada.

Estes Consórcios têm por objeto a construção, manutenção, operação e o uso de determinados ativos comuns, especialmente a subestação coletora, a subestação seccionadora/elevadora, e a linha de transmissão, entre outros, que deverão servir a todas as Consorciadas.

(d) Empresas controladas incluídas na consolidação das demonstrações financeiras

	2025		2024		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Geração eólica							
Complexo Eólico Alto Sertão II ("Alto Sertão II"):							
Nova Energia Holding S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Tietê Eólica S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Centrais Eólicas Ametista S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Guanambi - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas dos Araçás S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Caetité - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Borgo S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Pindaí - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Caetité S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Pindaí - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas da Prata S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Igaporã - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Dourados S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Guanambi - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Espigão S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Pindaí - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Maron S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Caetité - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Morrão S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Caetité - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Pelourinho S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Pindaí - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Pilões S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Caetité - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Seraíma S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Guanambi - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Pindaí - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Tanque S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Caetité - BA	Geração de energia elétrica
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Caetité - BA	Geração de energia elétrica
Complexo Eólico Araripe ("Araripe"):							
Ventos de São Tito Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - SP	Holding
Ventos de Santa Joana II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Simões - PI	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Simões - PI	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana VIII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Simões - PI	Geração de energia elétrica
Ventos de Santa Joana XIV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Simões - PI	Geração de energia elétrica

Auren Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		2025		2024		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
		Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Complexo Eólico Araripe (“Araripe”):								
	Ventos de São Onofre I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Simões - PI	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Onofre II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Simões - PI	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Onofre III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Simões - PI	Geração de energia elétrica
Complexo Eólico Caetés (“Caetés”):								
	Ventos de São Tomé Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - SP	Holding
	Ventos de Santa Brígida I Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Caetés - PE	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Brígida II Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Caetés - PE	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Brígida III Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Paranatama - PE	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Brígida IV Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Paranatama - PE	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Brígida V Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Paranatama - PE	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Brígida VI Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Paranatama - PE	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Brígida VII Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Paranatama - PE	Geração de energia elétrica
Complexo Eólico Cajuína I (“Cajuína I”):								
	Ventos de Santa Tereza Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 02 Energias Renováveis S.A.	(i)	100%	100%	100%	Indireto	Pedro Avelino - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 03 Energias Renováveis S.A.	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Pedro Avelino - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 05 Energias Renováveis S.A.	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Pedro Avelino - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 14 Energias Renováveis S.A.	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Fernando Pedroza - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 07 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 08 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Fernando Pedroza - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 12 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Fernando Pedroza - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Fernando Pedroza - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Fernando Pedroza - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Cerro Corá - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 13 Energias Renováveis S.A.	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Angicos - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 01 Energias Renováveis S.A.		50%	5%	50%	5%	Pedro Avelino - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 04 Energias Renováveis S.A.		50%	5%	50%	5%	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de Santa Tereza 10 Energias Renováveis S.A.		50%	5%	50%	5%	Angicos - RN	Geração de energia elétrica
Complexo Eólico Cajuína II (“Cajuína II”):								
	Ventos de São Ricardo Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 05 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 06 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 07 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 08 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 09 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 12 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 13 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 10 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 03 Energias Renováveis S.A.		51%	1%	51%	1%	Fernando Pedroza - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 04 Energias Renováveis S.A.		51%	1%	51%	1%	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 11 Energias Renováveis S.A.		50%	5%	50%	5%	Lajes - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 01 Energias Renováveis S.A.	(i)	100%	100%	100%	100%	Fernando Pedroza - RN	Geração de energia elétrica
	Ventos de São Ricardo 02 Energias Renováveis S.A.	(i)	100%	100%	100%	100%	Fernando Pedroza - RN	Geração de energia elétrica
Complexo Eólico Cajuína III (“Cajuína III”):								
	Serra Verde I Energética S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Bodó - RN	Geração de energia elétrica
	Serra Verde II Energética S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Bodó - RN	Geração de energia elétrica
	Serra Verde III Energética S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Bodó - RN	Geração de energia elétrica
	Serra Verde IV Energética S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Cerro Corá - RN	Geração de energia elétrica
	Serra Verde V Energética S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Bodó - RN	Geração de energia elétrica
	Serra Verde VI Energética S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Curitiba - PR	Geração de energia elétrica
	Serra Verde VII Energética S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Curitiba - PR	Geração de energia elétrica
Complexo Eólico Cassino (“Cassino”):								
	REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
	EOL Wind Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Rio Grande - RS	Geração de energia elétrica
	EOL Brisa Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Rio Grande - RS	Geração de energia elétrica
	EOL Vento Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Rio Grande - RS	Geração de energia elétrica

	2025		2024		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Complexo Eólico Cúbico ("Cúbico"):							
MS Participações Societárias S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Eólica Bela Vista Geração e Comercialização de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Areia Branca - RN	Geração de energia elétrica
Embuaca Geração e Comercialização de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Trairi - CE	Geração de energia elétrica
Eólica Icarai Geração e Comercialização de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Amontada - CE	Geração de energia elétrica
Eólica Mar e Terra Geração e Comercialização de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Areia Branca - RN	Geração de energia elétrica
Santos Energia Participações S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Central Eólica Santo Antônio de Pádua S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Trairi - CE	Geração de energia elétrica
Central Eólica São Cristóvão S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Trairi - CE	Geração de energia elétrica
Central Eólica São Jorge S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Trairi - CE	Geração de energia elétrica
Complexo Eólico Tucano ("Tucano"):							
Tucano F5 Geração de Energias Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Tucano - BA	Holding
Tucano F9 Geração de Energias SPE S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Tucano - BA	Geração de energia elétrica
Tucano F11 Geração de Energias SPE S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Tucano - BA	Geração de energia elétrica
Tucano F13 Geração de Energias SPE S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Tucano - BA	Geração de energia elétrica
Tucano F1 Geração de Energias Ltda.	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Tucano - BA	Geração de energia elétrica
Tucano F2 Geração de Energias Ltda.	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Tucano - BA	Geração de energia elétrica
Tucano F3 Geração de Energias Ltda.	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Tucano - BA	Geração de energia elétrica
Tucano F4 Geração de Energias Ltda.	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Biritinga - BA	Geração de energia elétrica
Tucano Holding II S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Geração eólica							
Complexo Eólico Ventus ("Ventus"):							
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Galinhos - RN	Geração de energia elétrica
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Galinhos - RN	Geração de energia elétrica
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Macau - RN	Geração de energia elétrica
Complexo Eólico Cordilheira dos Ventos ("Cordilheira dos Ventos"):							
Cordilheira dos Ventos Centrais Eólicas Ltda	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Geração de energia elétrica
Geração hidrelétrica							
Auren Operações S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - SP	Geração de energia elétrica
Comercialização							
Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Bauru - SP	Holding
Auren Energy Solutions Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - SP	Comercialização de energia elétrica
ARN Comercializadora de Energia Ltda.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - SP	Comercialização de energia elétrica
Geração solar							
Complexo Solar Guaimbê ("Guaimbê"):							
Guaimbê I Parque Solar Ltda.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Guaimbê - SP	Geração de energia elétrica
Guaimbê II Parque Solar Ltda.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Guaimbê - SP	Geração de energia elétrica
Guaimbê III Parque Solar Ltda.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Guaimbê - SP	Geração de energia elétrica
Guaimbê IV Parque Solar Ltda.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Guaimbê - SP	Geração de energia elétrica
Guaimbê V Parque Solar Ltda.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Guaimbê - SP	Geração de energia elétrica
Complexo Solar Ouroeste ("Ouroeste"):							
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Ouroeste - SP	Geração de energia elétrica
AGV Solar V Geradora de Energia S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Ouroeste - SP	Geração de energia elétrica
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	Ouroeste - SP	Geração de energia elétrica
Boa Hora 1 Geradora de Energia Solar S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ouroeste - SP	Holding
Boa Hora 2 Geradora de Energia Solar S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ouroeste - SP	Holding
Boa Hora 3 Geradora de Energia Solar S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ouroeste - SP	Holding
AGV Solar VII Geradora de Energia S.A	100%	100%	100%	100%	Indireto	Ouroeste - SP	Holding
Complexo Eólico Arinos ("Arinos"):							
Arinos Solar Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	Arinos - MG	Holding
Arinos Solar I S.A	100%	100%	100%	100%	Indireto	Arinos - MG	Geração de energia elétrica
Arinos Solar III S.A	100%	100%	100%	100%	Indireto	Arinos - MG	Geração de energia elétrica
Arinos Solar IV S.A	100%	100%	100%	100%	Indireto	Arinos - MG	Geração de energia elétrica
Arinos Solar V S.A	100%	100%	100%	100%	Indireto	Arinos - MG	Geração de energia elétrica
Arinos Solar VI S.A	100%	100%	100%	100%	Indireto	Arinos - MG	Geração de energia elétrica
Arinos Solar VII S.A	(i)	0%	0%	100%	Indireto	Arinos - MG	Geração de energia elétrica
Arinos Solar VIII S.A	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Arinos - MG	Geração de energia elétrica
Arinos Solar II S.A	(i)	51%	51%	100%	Indireto	Arinos - MG	Geração de energia elétrica

	2025		2024		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Outros							
GF1 Holdings S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - SP	Holding
GF2 Holdings S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - SP	Holding
Veleiros Holding S.A. (i)	50,5%	1%	50,5%	1%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Potengi Holdings S.A. (i)	50%	5%	50%	5%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Cajuína AB1 Holdings S.A.	(i)	51%	51%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Cajuína AB3 Holdings S.A	(i)	51%	51%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Guaimbê Solar Holding S.A.	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Tucano Holding I S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - SP	Holding
Empreendimento controlados em conjunto (joint venture) (ii)							
Tucano Holdings III S.A.	50%	1%	50%	1%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A.	50%	1%	50%	1%	Indireto	Tucano - BA	Geração de energia elétrica
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A.	50%	1%	50%	1%	Indireto	Tucano - BA	Geração de energia elétrica
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.	50%	1%	50%	1%	Indireto	Tucano - BA	Geração de energia elétrica

- (i)

As controladas da Companhia realizaram operações de alienação de participação societária das investidas Ventos de Santa Tereza 02, Ventos de Santa Tereza 03, Ventos de Santa Tereza 05, Ventos de Santa Tereza 13, Ventos de Santa Tereza 14, Ventos de São Ricardo 01, Ventos de São Ricardo 02, Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3, Tucano F4, Arinos Solar II, Arinos Solar VII, Arinos Solar VIII, Cajuína AB1 e Cajuína AB3, para as quais, apesar das correspondentes alienações, há cláusulas contratuais que garantem à estas controladas o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidadas em 100%.
- (ii)

Os empreendimentos controlados em conjunto não são consolidados.

2.6 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias adotadas pela Companhia

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e legislações adicionais foram publicadas, porém ainda não são mandatórias para o exercício findo em 2025 e não foram adotadas de forma antecipada pela Companhia. A Companhia já iniciou os trabalhos de implementação e se encontra em processo avançado de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência ocorrerá nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “own use” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “hedge accounting” para certos PPAs que não atendam a exceção de “own use”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standard Board (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 1º de janeiro de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre

as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota explicativa	Conta contábil
11	Investimentos
12	Imobilizado
13	Intangível
16 (b)	Imposto de renda e contribuição social diferidos
19	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos
20	Provisão de ressarcimento
21	Provisão para litígios
22	Benefícios pós-emprego
24.3	Instrumentos financeiros derivativos

4 Apresentação de informações por segmento de negócio

A partir da combinação de negócios realizada por sua controladora Auren em 2024, a gestão da Companhia (incluindo os aspectos relacionados à geração e comercialização de energia elétrica) passou a ser realizada de forma centralizada pela Auren, numa perspectiva de otimização de portfólio e sinergia de fontes, com a geração de energia elétrica a partir de outras fontes complementares, bem como a sua comercialização junto aos clientes finais e tomadas de posição. Nesse sentido, a Administração da Companhia avaliou os critérios do CPC 22 - Informações por segmento e concluiu que a tomada de decisão se dá no nível consolidado da Auren e as controladas da Companhia estão inseridas apenas no segmento de geração de energia.

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (“SIN”).

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física das Controladas da Companhia.

Operações de *trading*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da compra de energia a mercado.

Contratos regulados: representados por contratos de venda de energia firmados nos leilões do ambiente regulado.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as diferenças entre recurso e requisito de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

					Consolidado
		2025		2024	
	Nota	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta					
Venda de energia					
Contratos <i>wholesale</i>		12.776.208	2.405.058	14.091.302	3.061.106
Operações de <i>trading</i>		487.204	60.657	5.282.086	492.479
Partes relacionadas (i)	22	4.663.178	1.065.955	140.512	16.431
Contratos regulados		5.173.762	1.359.728	3.961.098	1.219.072
Provisão de ressarcimento	16		(430.593)		(350.417)
Energia de curto prazo – CCEE			249.091		173.132
			4.709.896		4.611.803
Outras receitas					
Venda de crédito de carbono			2.133		6.420
Serviços - Partes relacionadas	22		3.789		3.332
Outras receitas			4.017		10.062
			9.939		19.814
			4.719.835		4.631.617
Deduções sobre a receita bruta					
PIS e COFINS sobre receitas operacionais			(391.313)		(441.378)
ICMS sobre receitas operacionais			(114.740)		(210.592)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH			(72.753)		(50.752)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE			(26.307)		(23.365)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D			(18.777)		(24.353)
Quota para a reserva global de reversão - RGR			(83)		-
Imposto sobre serviços – ISS			(185)		(211)
			(624.158)		(750.651)
Receita líquida			4.095.677		3.880.966

(*) Megawatt-hora, não auditado.

- (i)
- Variação decorrente da estratégia da Companhia na gestão do portfólio em que as operações realizadas anteriormente com a ARN Comercializadora (controlada da Companhia) foram migradas para a Auren Comercializadora (controlada da Auren Energia).

6 Custos e despesas operacionais, líquidas

						Consolidado	
						2025	2024
	Nota	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada	6.1	(1.247.203)	-	-	-	(1.247.203)	(1.230.629)
Encargos de uso da rede elétrica		(367.869)	-	-	-	(367.869)	(376.519)
Depreciação e amortização		-	(812.588)	(4.636)	-	(817.224)	(711.958)
Amortização de mais-valia		-	(82.666)	-	-	(82.666)	(89.285)
Pessoal		-	(100.685)	(77.131)	-	(177.816)	(257.911)
Pessoal		-	(100.685)	(77.131)	-	(177.816)	(257.911)
Materiais		-	(22.375)	(544)	-	(22.919)	(36.541)
Materiais		-	(22.375)	(544)	-	(22.919)	(36.541)
Serviços		-	(207.663)	(48.504)	-	(256.167)	(318.631)
Serviços de terceiros		-	(116.660)	(48.504)	-	(165.164)	(201.733)
Serviços de operação e manutenção - Parques eólicos		-	(91.003)	-	-	(91.003)	(116.898)
Outros		-	(106.596)	(6.065)	-	(112.661)	(103.061)
Aluguéis e arrendamentos		-	(24.166)	(192)	-	(24.358)	(4.484)
Seguros		-	(52.063)	(447)	-	(52.510)	(79.220)
Impostos, taxas e contribuições		-	(14.674)	(2.765)	-	(17.439)	(15.676)
Outras despesas líquidas		-	(15.693)	(2.661)	-	(18.354)	(3.681)
Demais (despesas) receitas		-	-	-	(76.408)	(76.408)	(37.470)
Ajuste de preço do Complexo Eólico Alto Sertão (i)		-	-	-	-	-	(22.186)
Baixa de imobilizado e intangível (ii)		-	-	-	(74.772)	(74.772)	(5.239)
Contratos futuros de energia	1.2.2(b)	-	-	-	14.975	14.975	(26.688)
Provisão de litígios	20(a)	-	-	-	(16.446)	(16.446)	(11.216)
Ganho (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	150	150	(75)
Recebimento massa falida - Banco Santos		-	-	-	-	-	5.635
Indenização de sinistros (iii)		-	-	-	-	-	31.196
Demais receitas (despesas) líquidas		-	-	-	(315)	(315)	(8.897)
		(1.615.072)	(1.332.573)	(136.880)	(76.408)	(3.160.933)	(3.162.005)

- (i) Refere-se ao ajuste de preço pago pela controlada direta Auren Operações, em decorrência do *Earn-out* e de outras obrigações previstas no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II, firmado com a Renova Energia S.A.
- (ii) Refere-se principalmente à baixa de ativos relacionados a projetos em fase inicial e que foram descontinuados, em alinhamento à atual estratégia da Companhia.
- (iii) Em março de 2024, a Companhia recebeu uma indenização por danos materiais ocorridos em sua controlada indireta Santa Joana II.

				Controladora	
				2025	2024
		Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Depreciação e amortização		(1.465)	-	(1.465)	(1.400)
Pessoal		(2)	-	(2)	(24.716)
Pessoal (i)		(2)	-	(2)	(24.716)
Materiais		(189)	-	(189)	(170)
Materiais		(189)	-	(189)	(170)
Serviços		(971)	-	(971)	(9.767)
Serviços de terceiros		(971)	-	(971)	(9.767)
Outros		(240)	-	(240)	(121)
Seguros		(198)	-	(198)	(121)
Impostos, taxas e contribuições		(162)	-	(162)	-
Outras receitas líquidas		120	-	120	-
Demais (despesas) receitas		-	(24.464)	(24.464)	(2.298)
Baixa de ativo imobilizado e intangível (ii)		-	(6.244)	(6.244)	(1.896)
Baixa de mais valia de ativos adquiridos - Arinos Solar (Nota 12) (ii)		-	(16.137)	(16.137)	-
Provisão de litígios		-	(1.577)	(1.577)	-
Demais receitas (despesas), líquidas		-	(506)	(506)	(402)
		(2.867)	(24.464)	(27.331)	(38.472)

- (i) A redução de despesas com pessoal refere-se à mudança na estrutura da alta administração da Companhia para a controladora Auren, composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2024.
- (ii) A baixa de ativos registrada no período refere-se à descontinuação de projetos que não se alinham à estratégia atual da companhia, revisada após a combinação de negócios. A revisão do portfólio resultou na eliminação de ativos sem viabilidade econômica no novo direcionamento estratégico.

6.1 Energia comprada

			Consolidado	
			2025	2024
Energia comprada	Nota			
Energia comprada para revenda			(730.718)	(750.402)
Operações de <i>trading</i>			(2.042)	(660.567)
Partes relacionadas	22		(483.729)	(3.505)
Crédito de PIS e COFINS			188.973	254.802
Energia de curto prazo – CCEE			(214.082)	(69.682)
Outros custos			(5.605)	(1.275)
			(1.247.203)	(1.230.629)

7 Resultado financeiro líquido

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimento sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		362.780	284.473	34.145	21.083
Juros sobre mútuo com partes relacionadas		-	-	672	-
Ajuste a valor presente sobre opção de compra de ações alienadas (i)		88.539	-	-	-
Juros sobre operações de partes relacionadas		-	-	33.475	-
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		2.390	-	85	-
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo		1.174	1.393	-	-
Atualização de créditos tributários		8.001	24.657	1.201	2.284
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	24.3	69.728	-	27.593	-
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas		-	(515)	-	-
Outras receitas financeiras		8.847	16.676	53	71
Outras receitas cambiais		16.364	579	-	40
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro - demais itens		(11.349)	(9.339)	(3.236)	(1.090)
		546.474	317.924	93.988	22.388
Despesas financeiras					
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures (iii)		(891.513)	(756.291)	(137.930)	(119.585)
Juros de <i>swap</i> e impostos sobre dívida em moeda estrangeira		(91.590)	(191.403)	(2.604)	(48.147)
Atualização monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	15(c)	(306.766)	(248.662)	(49.849)	-
Apropriação de custos de captações	15(c)	(141.358)	(34.397)	(104.405)	(4.606)
Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	15(c)	(15.877)	-	(15.877)	-
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	24.3	(124.342)	-	(80.101)	-
Atualização monetária sobre provisão de ressarcimento	16	(28.709)	(17.503)	-	-
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	18	(14.617)	(14.617)	-	-
Ajuste a valor presente sobre opção de compra de ações alienadas		(7.688)	-	-	-
Juros passivos de arrendamentos		(10.579)	(21.683)	(280)	(98)
Prêmio por liquidação antecipada de debêntures	13(c)(i)	(7.107)	-	-	-
Atualização monetária sobre provisão para litígios	20(a)	(4.078)	34.336	(149)	-
Despesa de subarrendamento		(2.448)	(1.622)	-	-
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	21(e)	(2.544)	(9.262)	-	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF		(1.399)	(9.449)	-	174
Outras despesas financeiras		(32.210)	(47.516)	(14.069)	(24.027)
		(1.682.825)	(1.318.069)	(405.264)	(196.289)
		(1.136.351)	(1.000.145)	(311.276)	(173.901)

- (i) O montante de R\$ 88.539 de ajuste a valor presente sobre o saldo a pagar de opção de compra de ações alienadas, referente aos contratos de autoprodução, realizados com as controladoras Cajuína AB1, Tucano Holding I e II, com as empresas Brainfarma, BRF, Equinix.
- (ii) A Companhia designou como *hedge accounting* de valor justo as operações de empréstimos para as quais foram contratados instrumentos financeiros derivativos, com o objetivo de proteger-se contra riscos de valor justo relacionados às variações de taxa de juros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma variação negativa de R\$ 52.509 nos instrumentos financeiros derivativos, acrescida pelo efeito negativo do valor justo do passivo financeiro correspondente à debêntures da 2ª e 3ª emissão, no montante de R\$ 15.877. Adicionalmente, a Companhia reconheceu variação negativa de R\$ 2.105 referente aos instrumentos financeiros derivativos decorrentes das operações de proteção cambial firmadas pela controlada direta Auren Operações.
- (iii) O montante total de juros sobre empréstimos e financiamentos, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi de R\$ 891.513. Deste total, o montante de R\$ 23.264 foi capitalizado ao imobilizado em construção.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	39.795	149.369	400	353
Equivalentes de caixa				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	459.618	875.526	60.796	193.276
Quotas de fundos de investimento (a)	1.239.519	884.821	55.672	26.837
	1.699.137	1.760.347	116.468	220.113
Caixa e equivalentes de caixa	1.738.932	1.909.716	116.868	220.466

Em 31 de dezembro de 2025, os CDBs possuem taxa de remuneração média de 100,61% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e Operações Compromissadas possuem taxa de remuneração média de 91,65% do CDI, (99,67% e 88,97% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

A variação da rubrica de Caixa e equivalentes de caixa é decorrente, principalmente, da captação de recursos realizada através da 2ª emissão e 3ª emissão das debêntures pela Companhia, combinada com os pagamentos de principal e juros da dívida ocorrida no exercício, bem como a redução de capital. Para maiores detalhes, veja a movimentação apresentada na nota explicativa 15 (c).

(a) Quotas de fundos de investimento

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Quotas de fundos de investimento				
Operações Compromissadas - Títulos públicos	1.239.519	884.821	55.672	26.837
	1.239.519	884.821	55.672	26.837

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren. As operações são compostas por operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,91% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (94,66% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

9 Aplicações Financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações compreendem títulos de instituições financeiras, indexadas à taxa de depósito interbancário.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	35.611	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren (i)	261.173	-	12.127	-
	296.784	-	12.127	-

(i) As aplicações financeiras correspondem a Letras Financeiras do Tesouro – LFTs, são de conversibilidade imediata de caixa.

10 Fundo de Liquidez – conta reserva

Política contábil

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário, e, quando aplicável, instrumentos financeiros em moeda estrangeira, observando critérios de segurança e rentabilidade compatíveis com a finalidade da reserva.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)				
Circulante	98.888	6.194	-	-
Não circulante	705.550	660.836	-	-
	804.438	667.030	-	-
	804.438	667.030	-	-

(i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

10.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	2.840.154	2.576.746	128.995	220.466
	2.840.154	2.576.746	128.995	220.466

Os ratings foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor’s, Moody’s e Fitch Ratings). Para apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda ou comercialização de energia elétrica e prestação de serviços no curso normal das atividades das controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”).

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais.

Para a posição do contas a receber do mercado varejista, as controladas avaliam mensalmente a PECLD, considerando a natureza de sua carteira e condições estabelecidas nos contratos. Para o cálculo, são considerados a base individual por cliente, o rating individual do cliente e a existência de garantias financeiras.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

a) Composição

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Operações de <i>trading</i>		20.433	69.166
Contratos bilaterais		181.320	214.630
Partes relacionadas	22	107.868	4.107
Contratos Regulados		144.142	152.282
Energia de curto prazo – CCEE		66.414	62.356
		520.177	502.541
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(463)	(613)
		519.714	501.928

b) Movimentação para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	Consolidado
	2025
Saldo no início do exercício	(613)
Reversões (adições) líquidas (Nota 6)	150
Saldo no final do exercício	(463)

c) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	501.533	482.622
Vencidos até 3 meses	13.263	17.932
Vencidos de 3 a 6 meses	1.196	1.105
Vencidos acima de 6 meses	4.185	882
	520.177	502.541

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

12 Investimentos

Política contábil

A Companhia detém investimentos em empresas controladas direta e indiretas e indiretamente em joint ventures. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A controlada direta Tucano Holding I S.A. detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III com a Unipar Carbocloro S.A., empreendimento controlado em conjunto ("*Joint Venture*") com a Unipar Carbocloro S.A. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na Controladora e Consolidado.

Na Controladora, os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo

remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

Impairment de investimentos (mais-valia)

A Companhia monitora anualmente seus investimentos para identificar a existência de indícios de perda no valor recuperável, conforme previsto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Quando aplicável, os ativos são alocados às Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”) para fins de teste de *impairment*.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou eventos e mudanças no ambiente econômico e regulatório que pudessem indicar deterioração no valor recuperável dos ativos. Diante da identificação de alguns indícios de *impairment*, foram realizados testes formais de recuperabilidade dos investimentos, ativos imobilizados e ativos intangíveis.

Os testes foram conduzidos com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando premissas consistentes com o orçamento aprovado pela Administração, incluindo projeções de geração de caixa, CAPEX de manutenção, taxas de desconto (WACC) compatíveis com o risco das UGCs e taxas de crescimento de longo prazo.

Com base nos resultados obtidos, concluiu-se que os valores recuperáveis superam os valores contábeis registrados, não havendo necessidade de reconhecimento de provisão para perda por *impairment* no exercício.

A Administração continuará monitorando periodicamente seus ativos, de forma a identificar tempestivamente eventuais mudanças que possam afetar seu valor recuperável.

a) Composição

Consolidado							
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2025	2024	2025
Joint Ventures							
Tucano Holding III S.A. (i)	179.890	1.337	50,00	50,00	(2.058)	(9.558)	166.584
					(2.058)	(9.558)	166.584

(i) O saldo de investimento referente à investida Tucano Holding III não reflete o percentual de participação, pois em sua composição há amortização de juros capitalizados no montante de R\$ 76.639. Na respectiva equivalência patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 há amortização de juros capitalizados no montante de R\$ (2.727).

Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo
	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)	2025	2024	2025
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial Controladas							
Auren Operações S.A.	3.688.137	(20.582)	100,00	100,00	(20.582)	(94.307)	3.688.137
Auren Tucano Holding I S.A. (i)	2.540.772	(110.072)	59,40	59,40	(73.443)	(68.365)	2.001.749
ARN Comercializadora de Energia Ltda.	27.970	16.080	100,00	100,00	16.080	(24.978)	27.970
GF1 Holdings S.A.	43.823	(28)	100,00	100,00	(28)	(51)	43.823
GF2 Holdings S.A.	1.269	52	100,00	100,00	52	45	1.269
Arinos Solar Holding S.A.	91	(5.601)	100,00	100,00	(5.601)	(122)	91
Ventos de São Tomé Holding S.A.	195.699	(18.532)	100,00	100,00	(18.532)	6.187	195.697
Ventos de São Tito Holding S.A.	100.218	(5.660)	100,00	100,00	(5.660)	8.303	100.218
Auren Energy Solutions Ltda.	2.425	174	100,00	100,00	174	155	2.425
Mais valia dos ativos adquiridos e intangíveis de direitos de exploração							
Ventos de São Tomé Holding S.A.					(13.743)	(16.647)	246.743
Ventos de São Tito Holding S.A.					(15.926)	(18.595)	310.130
Arinos Solar Holding S.A. (ii)					-	-	-
					(137.209)	(208.375)	6.618.252

(i) Com o objetivo de financiar a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e os financiamentos na Controladora, nas informações financeiras individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Dessa forma, os saldos de investimentos apresentam a participação no patrimônio das controladas e os juros capitalizados, no montante de R\$ 492.530 e o resultado de equivalência patrimonial apresenta a participação no resultado do exercício das controladas e a amortização dos juros capitalizados, no montante de R\$ 11.282.

(ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve a baixa da mais valia de Arinos Solar Holding S.A., no montante de R\$ 16.137, dado a descontinuação de projetos que não se alinham à estratégia atual da Companhia, revisada após a combinação de negócios.

b) Movimentação

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício		106.817	106.852	5.484.796	6.105.386
Equivalência patrimonial		669	(7.139)	(137.209)	(208.375)
Ajuste intangível de aquisição		-	-	-	(20.699)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários		-	-	57.305	(6.386)
Outros resultados abrangentes		-	-	(2.645)	(2.009)
Benefícios atuariais		-	-	(4.021)	51.261
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	(71.875)
Aumento de capital em investidas	1.2.1(b)	-	-	1.315.040	537.977
Redução de capital em investidas		-	-	(78.877)	(700.000)
Baixa de mais valia		-	-	(16.137)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		(634)	9.523	-	(484)
Deliberação de dividendos adicionais		(19.324)	-	-	(200.000)
Amortização de juros capitalizados		(2.727)	(2.419)	-	-
Transferências de juros capitalizados (i)		81.783	-	-	-
Saldo no final do exercício		166.584	106.817	6.618.252	5.484.796

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve a transferência de juros capitalizados da rubrica de “Imobilizado” para “Investimentos”, considerando que as informações financeiras da investida Tucano Holding III não consolidam nessas demonstrações financeiras.

c) Informações sobre as empresas investidas

										2025
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Imposto de renda e contribuição social	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas										
Auren Operações S.A.	511.006	7.456.872	1.480.448	2.799.293	3.688.137	2.937.224	(2.434.560)	11.026	(534.272)	(20.582)
Tucano Holding I S.A.	189.206	2.393.014	3.232	38.217	2.540.772	-	(120.321)	(4.831)	15.080	(110.072)
ARN Comercializadora de Energia Ltda.	23.904	4.066	-	-	27.970	48.587	(22.560)	(13.320)	3.373	16.080
GF1 Holdings S.A.	15	43.808	-	-	43.823	-	(28)	-	-	(28)
GF2 Holdings S.A.	737	534	2	-	1.269	-	(2)	(16)	70	52
Arinos Solar Holding S.A.	45	48	2	-	91	-	(5.601)	-	-	(5.601)
Ventos de São Tomé Holding S.A.	90.611	577.146	75.770	396.288	195.699	-	23.190	-	(41.722)	(18.532)
Ventos de São Tito Holding S.A.	79.527	512.626	71.599	420.336	100.218	-	41.727	-	(47.387)	(5.660)
Auren Energy Solutions Ltda.	2.429	-	4	-	2.425	-	(44)	(55)	273	174
Coligadas										
Tucano Holding III S.A.	31.926	395.445	25.426	222.056	179.890	-	25.095	(1)	(23.757)	1.337

										2024
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Imposto de renda e contribuição social	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Controladas										
Auren Operações S.A.	1.013.622	7.716.079	1.637.199	4.446.811	2.645.691	2.724.442	(2.367.554)	49.953	(501.148)	(94.307)
Tucano Holding I S.A.	2.366	2.531.027	3.516	17.485	2.512.392	-	(305.906)	(19)	(2.391)	(308.316)
ARN Comercializadora de Energia Ltda.	312.761	61.340	293.606	48.605	31.890	891.812	(936.635)	17.958	1.887	(24.978)
GF1 Holdings S.A.	7	42.954	-	-	42.961	-	(51)	-	-	(51)
GF2 Holdings S.A.	677	534	1	-	1.210	-	(8)	(9)	62	45
Arinos Solar Holding S.A.	2	5.592	2	-	5.592	-	(122)	-	-	(122)
Ventos de São Tomé Holding S.A.	24.079	595.000	67.670	408.179	143.230	-	46.409	-	(40.222)	6.187
Ventos de São Tito Holding S.A.	46.716	545.057	62.431	423.465	105.877	-	56.412	(33)	(48.075)	8.304
Coligadas										
Tucano Holding III S.A..	55.164	414.063	21.876	228.878	218.473	-	13.867	(1)	(28.145)	(14.279)

13 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

A controlada Auren Operações adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrada na conta “Ajustes de Avaliação Patrimonial”, no Patrimônio líquido da controlada Auren Operações.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o

padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Para os ativos de geração, a depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão ou autorização. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL e no caso das usinas hidrelétricas, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou eventos e mudanças no ambiente econômico e regulatório que pudessem indicar deterioração no valor recuperável dos ativos. Diante da identificação de alguns indícios de *impairment*, foram realizados testes formais de recuperabilidade dos ativos imobilizados e ativos intangíveis.

Os testes foram conduzidos com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando premissas consistentes com o orçamento aprovado pela Administração, incluindo projeções de geração de caixa, CAPEX de manutenção, taxas de desconto (WACC) compatíveis com o risco das UGCs e taxas de crescimento de longo prazo.

Com base nos resultados obtidos, concluiu-se que os valores recuperáveis superam os valores contábeis registrados, não havendo necessidade de reconhecimento de provisão para perda por *impairment* no exercício.

A Administração continuará monitorando periodicamente seus ativos, de forma a identificar tempestivamente eventuais mudanças que possam afetar seu valor recuperável.

a) Composição e movimentação

									Consolidado	
									2025	2024
	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	411.781	2.286.632	12.081.208	2.970.175	22.124	20.682	11.689	1.189.505	18.993.796	18.279.786
Depreciação acumulada	-	(674.278)	(2.651.586)	(2.418.258)	(5.830)	(10.829)	(7.830)	-	(5.768.611)	(5.185.538)
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra	-	-	604.119	-	-	-	-	-	604.119	470.730
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	-	-	(95.198)	-	-	-	-	-	(95.198)	(64.665)
Saldo líquido no início do exercício	411.781	1.612.354	9.938.543	551.917	16.294	9.853	3.859	1.189.505	13.734.106	13.500.313
Adições (i)	-	-	-	-	-	-	-	978.916	978.916	731.686
Remensuração de desmobilização de ativos (ii)	-	-	-	-	65.714	-	-	-	65.714	27.215
Baixa (iii)	-	(1.606)	(18.978)	-	-	-	(395)	(25.317)	(46.296)	(3.343)
Depreciação	-	(68.514)	(554.757)	(83.135)	(887)	(2.553)	(698)	-	(710.544)	(618.023)
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	133.389
Amortização de ajuste a valor justo	-	-	(24.748)	-	-	-	-	-	(24.748)	(30.533)
Transferências (iv)	704	(773.376)	1.668.030	14.419	-	3.237	1.619	(1.016.335)	(101.702)	(6.598)
Saldo no final do exercício	412.485	768.858	11.008.090	483.201	81.121	10.537	4.385	1.126.769	13.895.446	13.734.106
Custo	412.485	1.696.908	14.932.438	2.984.594	87.838	23.739	13.055	1.126.769	21.277.826	19.028.746
Depreciação acumulada	-	(928.050)	(4.408.521)	(2.501.393)	(6.717)	(13.202)	(8.670)	-	(7.866.553)	(5.803.561)
Ajuste a valor justo de imobilizado na alocação de preço de compra	-	-	604.119	-	-	-	-	-	604.119	604.119
Amortização de ajuste a valor justo acumulado	-	-	(119.946)	-	-	-	-	-	(119.946)	(95.198)
Saldo líquido no final do exercício	412.485	768.858	11.008.090	483.201	81.121	10.537	4.385	1.126.769	13.895.446	13.734.106
Taxas médias anuais de depreciação - %		3,3%	5,0%	2,0%	1,0%	15,0%	6,3%			

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$ 902.107. A diferença no montante de R\$ 69.638 refere-se ao líquido entre: (i) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025; (iii) adiantamentos ocorridos em 2025 e (iv) R\$ 23.264 referente à juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 65.714, que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.
- (iii) A baixa de ativos registrada no período refere-se à descontinuação de projetos que não se alinham à estratégia atual da Companhia, revisada após a combinação de negócios. A revisão do portfólio resultou na eliminação de ativos sem viabilidade econômica no novo direcionamento estratégico.
- (iv) Os montantes de transferências referem-se às unitizações após o encerramento do período de construção, com base em laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Tais reclassificações são necessárias para aprimorar a apresentação dos custos do imobilizado. O montante final de R\$ (101.702) corresponde: (i) à transferência da classe “Obras em andamento”, do imobilizado, para o ativo intangível, no montante de (R\$ 19.919); (ii) e, ainda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve a transferência de juros capitalizados da rubrica de imobilizado para investimentos, no montante de R\$ (81.783), considerando que as informações financeiras da investida Tucano Holding III não consolidam nessas demonstrações financeiras.

b) Obras em andamento

	Consolidado	
	2025	2024
Projetos		
Construção dos parques eólicos e solares	670.108	565.017
Modernização	97.812	103.649
Reforma e melhoria de equipamentos	224.746	402.688
Estoques	134.102	105.836
Pipelines e outros	-	12.315
	1.126.769	1.189.505

14 Intangível**Política contábil****Direitos de exploração de autorização**

Os custos com a aquisição dos direitos adquiridos relativos à exploração de recurso eólico e solar são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. Após o início da operação dos parques eólicos e solares, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Repactuação risco hidrológico

Refere-se a extensão do prazo de concessão da controlada Auren Operações, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015.

Uso do Bem Público ("UBP")

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hídrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público ("UBP").

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

Power Purchase Agreement (PPA)

São contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo, celebrado entre um agente gerador e um consumidor ou comercializador, que estabelece de forma vinculante as condições de compra e venda da energia. O instrumento define parâmetros como quantidade contratada, perfil de entrega, preço (fixo ou indexado), prazo de vigência e responsabilidades das partes.

O PPA é utilizado como mecanismo de viabilização de projetos de geração, garantindo previsibilidade de receita ao gerador e estabilidade de custos ao comprador.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados e ativos intangíveis, conforme mencionado na nota 13.

Auren Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição e movimentação

									Consolidado	
									2025	2024
	Direito de exploração de autorização	Power Purchase Agreement	Repactuação risco hidrológico	Softwares, marcas e patentes	UBP	Direitos e projetos em desenvolvimento	Custo de servidão	Intangível em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	750.089	524.043	982.856	123.372	73.174	37.208	18.396	-	2.509.138	2.549.914
Amortização acumulada	(69.139)	(110.724)	(338.134)	(71.441)	(57.323)	-	(3.885)	-	(650.646)	(499.774)
Saldo líquido no início do exercício	680.950	413.319	644.722	51.931	15.851	37.208	14.511	-	1.858.492	2.050.140
Adições	-	-	3.660	-	-	-	-	739	4.399	16.143
Efeito de aquisições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.439)
Amortizações	-	-	(84.534)	(13.957)	(2.090)	-	(334)	-	(100.915)	(99.164)
Amortizações de ajuste a valor justo	(35.663)	(22.255)	-	-	-	-	-	-	(57.918)	(58.752)
Baixas (ii)	-	-	-	(25.940)	-	(16.137)	-	(256)	(42.333)	(1.896)
Transferências (i)	-	-	-	(1.365)	-	-	2.448	18.836	19.919	10.460
Saldo no final do exercício	645.287	391.064	563.848	10.669	13.761	21.071	16.625	19.319	1.681.644	1.858.492
Custo	750.089	524.043	986.516	66.216	73.174	21.071	20.534	19.319	2.460.962	2.509.138
Amortização acumulada	(104.802)	(132.979)	(422.668)	(55.547)	(59.413)	-	(3.909)	-	(779.318)	(650.646)
Saldo líquido no final do exercício	645.287	391.064	563.848	10.669	13.761	21.071	16.625	19.319	1.681.644	1.858.492
Taxas médias anuais de amortização - %	3,0%	4,5%	2,9%	20,0%	3,0%		3,6%			

(i) Montante de R\$ 19.919 refere-se as transferências de imobilizado para intangível.

(ii) A baixa de ativos registrada no período refere-se à descontinuação de projetos que não se alinham à estratégia atual da companhia, revisada após a combinação de negócios. A revisão do portfólio resultou na eliminação de ativos sem viabilidade econômica no novo direcionamento estratégico.

15 Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Determinados empréstimos podem ser mensurados ao valor justo por meio do resultado quando designados como objeto de *hedge* de valor justo, conforme a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia. Nesses casos, a designação é suportada por documentação formal da relação de *hedge*, e as variações no valor justo atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas no resultado, de forma alinhada ao tratamento contábil aplicável para instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar o risco de valor justo associado à taxa de juros.

Auren Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

a) Composição

											Consolidado
											2025
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Total	Valor justo (iv)
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
Moeda Nacional											
Debêntures - 2ª Emissão - Auren Participações (i)	IPCA + 7,45% com swap para o CDI – 0,50%	922	-	31.070	31.992	2.052.717	-	-	2.052.717	2.084.709	2.084.709
Debêntures - 3ª Emissão - Auren Participações (ii)	IPCA + 6,92% com swap para o CDI – 0,90%	135	-	30.875	31.010	1.161.954	-	-	1.161.954	1.192.964	1.192.964
Debêntures - 1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA + 6,06%	18.182	(748)	10.852	28.286	367.056	(11.030)	-	356.026	384.312	354.282
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA + 7,33%	1.090	(126)	548	1.512	83.561	(2.645)	-	80.916	82.428	82.758
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA + 6,93%	45	(169)	453	329	73.748	(2.521)	-	71.227	71.556	69.297
Debêntures - 1ª Emissão - Cajuína AB1	IPCA + 7,07%	15.333	(2.889)	3.347	15.791	1.105.218	(50.562)	-	1.054.656	1.070.447	1.048.250
Debêntures - 8ª Emissão - Auren Operações	IPCA + 6,02%	28.967	(1.114)	1.156	29.009	136.450	(3.805)	-	132.645	161.654	154.498
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	CDI + 1,00%	690.000	(1.006)	62.506	751.500	690.000	(252)	-	689.748	1.441.248	1.450.483
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	IPCA + 4,71%	-	(4.225)	12.626	8.401	914.788	(9.507)	-	905.281	913.682	854.691
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	IPCA + 4,71%	-	(1.283)	9.553	8.270	255.292	(2.887)	-	252.405	260.675	244.046
Debêntures - 11ª Emissão - Auren Operações	IPCA + 6,50%	-	(1.473)	12.207	10.734	645.560	(16.574)	-	628.986	639.720	605.906
Debêntures - Complexo Eólico Araripe	IPCA + 9,24%	24.398	(968)	262	23.692	43.540	(1.453)	-	42.087	65.779	66.517
Debêntures - Complexo Eólico Caetés	IPCA + 8,86%	29.687	(591)	234	29.330	33.232	(591)	-	32.641	61.971	62.143
Debêntures - 1ª Emissão Potengi (1ª Série)	IPCA + 7,37%	10.650	(1.041)	990	10.599	307.813	(15.621)	-	292.192	302.791	301.971
Debêntures - 1ª Emissão Potengi (2ª Série)	IPCA + 7,04%	15.844	(622)	593	15.815	183.503	(9.955)	-	173.548	189.363	184.951
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - Santa Tereza 07	IPCA + 6,93%	28.357	(1.182)	12.805	39.980	607.010	(14.483)	-	592.527	632.507	614.181
Debêntures - 1ª Emissão (2ª série) - Santa Tereza 07	IPCA + 7,08%	7.129	(443)	6.696	13.382	318.225	(7.644)	-	310.581	323.963	317.817
BNDES - Auren Operações	TJLP + 2,56%	27.989	(160)	392	28.221	79.302	(453)	-	78.849	107.070	99.851
BNDES - Complexo Eólico Cassino	TJLP + 2,16%	16.901	(817)	330	16.414	77.463	(3.743)	-	73.720	90.134	80.618
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP + 2,02%	49.774	(3.218)	1.257	47.813	341.102	(17.164)	-	323.938	371.751	342.687
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP + 2,02%	47.932	(2.828)	1.210	46.314	328.468	(15.081)	-	313.387	359.701	312.080
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP + 2,23%	22.029	(1.429)	363	20.963	81.146	(5.120)	-	76.026	96.989	88.124
BNDES - São Ricardo 01 (Subcrédito A)	8,20% (pré)	943	-	218	1.161	61.382	-	-	61.382	62.543	62.543
BNDES - São Ricardo 02 (Subcrédito A)	8,20% (pré)	1.185	-	258	1.443	77.121	-	-	77.121	78.564	78.564
BNDES - São Ricardo 01 (Subcrédito B)	IPCA+9,55%	199	(26)	63	236	15.434	(585)	-	14.849	15.085	15.085
BNDES - São Ricardo 02 (Subcrédito B)	IPCA+9,55%	250	(33)	78	295	19.391	(735)	-	18.656	18.951	18.951
FDNE - Santa Tereza 01	IPCA + 2,93%	6.555	(125)	452	6.882	111.457	(2.123)	-	109.334	116.216	98.600
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2,50% (pré)	14.759	(1.835)	397	13.321	90.446	(7.884)	1.035	83.597	96.918	68.878
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	IPCA + 2,66%	16.958	(271)	2.270	18.957	311.625	(5.045)	27.959	334.539	353.496	259.365
BNB - São Ricardo 03	IPCA + 4,53%	828	(36)	496	1.288	122.098	(751)	2.272	123.619	124.907	112.597
BNB - São Ricardo 04	IPCA + 4,53%	972	(33)	391	1.330	94.364	(699)	1.756	95.421	96.751	87.374
Moeda Estrangeira (iii)											
Scotiabank 4131 (2021) Auren Operações	USD + 1,78% com swap para o CDI + 1,48%	190.065	-	864	190.929	-	-	-	-	190.929	189.472
		1.268.078	(28.691)	205.812	1.445.199	10.790.466	(208.913)	33.022	10.614.575	12.059.774	11.604.253

Auren Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Consolidado									
		2024									
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo (iv)
Moeda Nacional											
Debêntures - 1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA + 6,06%	14.886	(969)	10.725	24.642	369.121	(11.406)	-	357.715	382.357	333.108
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (1ª série)	IPCA + 7,33%	1.305	(126)	533	1.712	81.051	(2.772)	-	78.279	79.991	69.292
Debêntures - 2ª Emissão - Veleiros (2ª série)	IPCA + 6,93%	333	(169)	435	599	70.656	(2.690)	-	67.966	68.565	59.507
Debêntures - 1ª Emissão - Cajuína AB1	IPCA + 7,07%	17.860	(2.118)	2.964	18.706	1.073.672	(56.495)	-	1.017.177	1.035.883	925.747
Debêntures - 8ª Emissão - Auren Operações	IPCA + 6,02%	25.564	(1.434)	1.243	25.373	158.496	(4.023)	-	154.473	179.846	169.515
Debêntures - 9ª Emissão (1ª Série) - Auren Operações	CDI + 1,00%	-	(1.327)	46.620	45.293	1.380.000	(949)	-	1.379.051	1.424.344	1.426.605
Debêntures - 9ª Emissão (2ª Série) - Auren Operações	IPCA + 4,71%	-	(5.466)	11.773	6.307	876.517	(14.059)	-	862.458	868.765	788.569
Debêntures - 9ª Emissão (3ª Série) - Auren Operações	IPCA + 4,71%	-	(1.650)	9.153	7.503	244.611	(4.250)	-	240.361	247.864	225.017
Debêntures - 10ª Emissão - Auren Operações	CDI + 1,50%	-	(916)	4.641	3.725	750.000	(2.196)	-	747.804	751.529	756.594
Debêntures - 11ª Emissão - Auren Operações	IPCA + 6,49%	-	(1.473)	28.444	26.971	618.552	(18.049)	-	600.503	627.474	564.519
Debêntures - 1ª Emissão (1ª série) - Tietê Eólica	IPCA + 7,61%	9.411	(310)	27	9.128	-	-	-	-	9.128	9.459
Debêntures - 1ª Emissão (2ª Série) - Tietê Eólica	IPCA + 7,87%	13.463	(285)	41	13.219	-	-	-	-	13.219	13.555
Complexo Eólico Araripe	IPCA + 9,24%	19.852	(968)	298	19.182	65.096	(2.421)	-	62.675	81.857	85.664
Complexo Eólico Caetés	IPCA + 8,86%	26.074	(591)	291	25.774	60.287	(1.181)	-	59.106	84.880	83.821
Debêntures - 1ª Emissão Potengi (1ª Série)	IPCA + 7,37%	8.748	(1.041)	887	8.594	305.140	(16.662)	-	288.478	297.072	275.592
Debêntures - 1ª Emissão Potengi (2ª Série)	IPCA + 7,04%	17.447	(622)	564	17.389	191.007	(10.577)	-	180.430	197.819	8.089
Debêntures - 1ª Emissão - (1ª série) - Santa Tereza 07	IPCA + 6,93%	29.235	(1.182)	12.513	40.566	608.786	(15.665)	-	593.121	633.687	566.340
Debêntures - 1ª Emissão - (2ª série) - Santa Tereza 07	IPCA + 7,08%	7.470	(443)	6.392	13.419	311.743	(8.087)	-	303.656	317.075	273.189
BNDES - Auren Operações	TJLP + 2,58%	27.294	(160)	452	27.586	104.627	(613)	-	104.014	131.600	131.600
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	2,50% (pré)	13.965	(1.834)	402	12.533	104.675	(9.719)	1.197	96.153	108.686	108.686
FDNE - Santa Tereza 01	TJLP + 2,93%	7.999	(123)	1.062	8.938	116.383	(2.220)	-	114.163	123.101	123.101
BNDES - Complexo Eólico Cassino	TJLP + 2,18%	16.481	(817)	355	16.019	92.022	(4.560)	-	87.462	103.481	103.481
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP + 2,02%	44.940	(3.218)	1.370	43.092	381.173	(20.382)	-	360.791	403.883	403.883
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP + 2,02%	43.277	(4.483)	1.319	40.113	367.056	(16.253)	-	350.803	390.916	390.916
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP + 2,23%	21.482	(1.429)	403	20.456	100.613	(6.549)	-	94.064	114.520	114.520
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	IPCA + 2,66%	16.797	(419)	2.634	19.012	328.582	(6.202)	29.481	351.861	370.873	370.873
BNB - São Ricardo 03	IPCA + 4,53%	5.481	(36)	502	5.947	120.573	(787)	-	119.786	125.733	125.733
BNB - São Ricardo 04	IPCA + 4,53%	4.263	(33)	390	4.620	93.779	(732)	-	93.047	97.667	97.667
Outros		27.227	-	-	27.227	-	-	-	-	27.227	27.227
Moeda Estrangeira (iii)											
Scotiabank 4131 (2020) Auren Operações	USD + 1,63% com swap para o CDI + 1,50%	359.530	-	16	359.546	-	-	-	-	359.546	359.546
Scotiabank 4131 (2021) Auren Operações	USD + 1,78% com swap para o CDI + 1,48%	641.689	-	3.889	645.578	213.896	-	-	213.896	859.474	859.474
Scotiabank 4131 (2ª série) Auren Participações	USD + 5,28% com swap para o CDI + 1,60%	464.422	(18)	11.390	475.794	-	-	-	-	475.794	475.794
Scotiabank 4131 (3ª série) Auren Participações	USD + 5,28% com swap para o CDI + 1,65%	224.875	(18)	5.515	230.372	-	-	-	-	230.372	230.372
		2.111.370	(33.678)	167.243	2.244.935	9.188.114	(239.499)	30.678	8.979.293	11.224.228	10.557.055

- (i) Em abril de 2025, a Companhia contratou um instrumento derivativo do tipo *swap* de taxa de juros com o objetivo de trocar a variação atrelada à inflação acrescida de um spread (IPCA + 7,4515%) por uma variação baseada na taxa de mercado com desconto (CDI - 0,50%). Adicionalmente, a Companhia designou como *hedge accounting* de valor justo as operações de empréstimos para os quais contratou instrumentos financeiros derivativos, com o propósito de se proteger do risco de valor justo associado com a taxa de juros.

- (ii)

Em agosto de 2025, a Companhia contratou um instrumento derivativo do tipo *swap* de taxa de juros com o objetivo de trocar a variação atrelada à inflação acrescida de um spread (IPCA + 6,9164%) por uma variação baseada na taxa de mercado com desconto (CDI - 0,90%). Adicionalmente, a Companhia designou como *hedge accounting* de valor justo as operações de empréstimos para os quais contratou instrumentos financeiros derivativos, com o propósito de se proteger do risco de valor justo associado com a taxa de juros.
- (iii)

Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação.
- (iv)

A hierarquia do valor justo é nível 2.

Controladora										
2025										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo (iv)
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	
Debêntures - 2ª Emissão - Auren Participações	IPCA+7,45% com swap para o CDI -0,50%	-	-	31.992	31.992	2.052.717	-	-	2.052.717	2.084.709
Debêntures - 3ª Emissão - Auren Participações	IPCA+6,92% com swap para o CDI -0,90%	-	-	31.010	31.010	1.161.954	-	-	1.161.954	1.192.964
		-	-	63.002	63.002	3.214.671	-	-	3.214.671	3.277.673

Controladora										
2024										
Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Total	Valor justo (iv)
	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total		
USD com swap para CDI+1,62%	689.297	(36)	16.905	706.166	-	-	-	-	706.166	602.776
	689.297,00	(36)	16.905	706.166	-	-	-	-	706.166	602.776

BNB – Banco do Nordeste

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

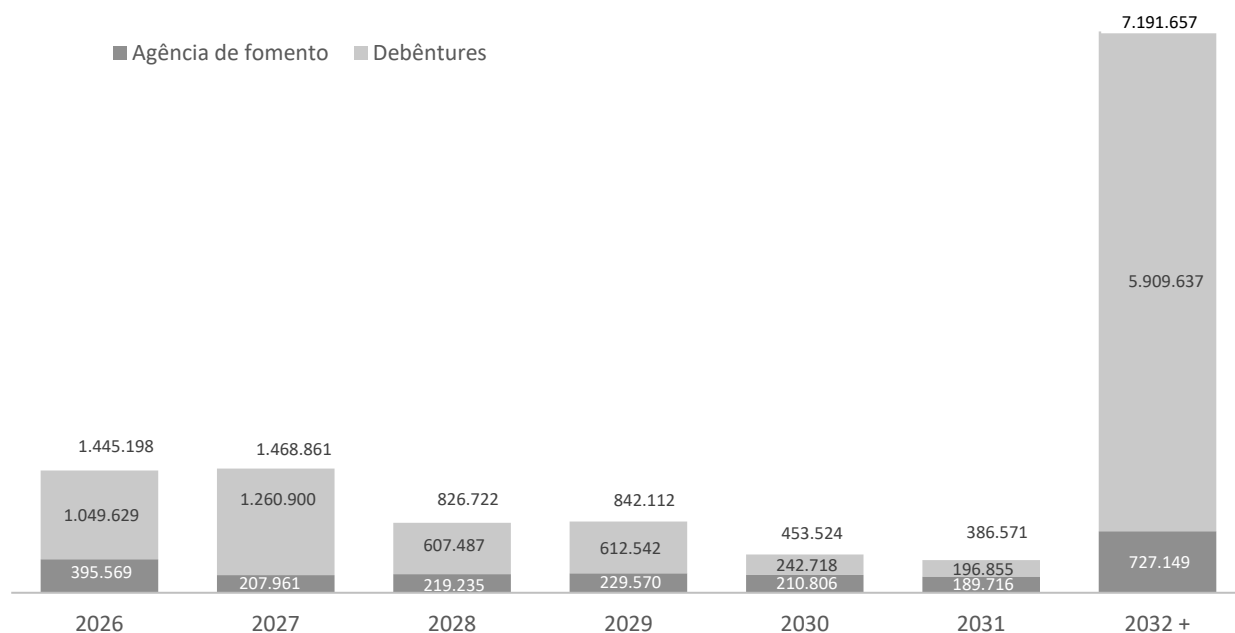
FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo, fixada pelo Conselho Monetário Nacional

b) Perfil de vencimento – consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

c) Movimentação

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício		11.224.228	11.458.127	706.166	1.846.659
Captações	1.2.2(a)	3.326.000	2.352.849	3.150.000	-
Provisão de juros	7	914.777	905.245	137.930	119.585
Variação cambial		(122.564)	535.015	(18.259)	190.550
Atualização monetária	7	306.766	248.662	49.849	-
Apropriação de custos de captações	7	141.358	34.397	104.405	4.606
Adição dos custos de captação	7	(105.780)	(108.079)	(104.367)	-
Ajuste a valor justo (i)	7	15.877	-	15.877	-
Juros pagos		(884.515)	(957.302)	(92.452)	(164.259)
Liquidações		(2.756.373)	(3.244.686)	(671.476)	(1.290.975)
Saldo no final do exercício		12.059.774	11.224.228	3.277.673	706.166

- (i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia reconheceu uma variação negativa de R\$ 15.877 no resultado, decorrente da reavaliação do valor justo do passivo financeiro referente à 2ª e 3ª Emissão de Debêntures pela Companhia.

Auren Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Garantias

Modalidade	Ativo ou Projeto	Garantia
Debêntures	Tucano Holding II - debênture	Fidejussória Auren Participações
BNB	Tucano F1	Fiança Bancária; Conta Reserva.
BNB	Tucano F2	Fiança Bancária; Conta Reserva.
BNB	Tucano F3	Fiança Bancária; Conta Reserva.
BNB	Tucano F4	Fiança Bancária; Conta Reserva.
Debêntures	Cajuína AB1 Holdings	Fidejussória Auren Participações
Debêntures	Potengi Holdings	Fidejussória Auren Participações e BRF
Debêntures	Potengi Holdings - 2ª emissão	Fidejussória Auren Participações e BRF
BB (FDNE)	Ventos de Santa Tereza 01	Garantia Fidejussória Auren Participações e BRF; Conta Reserva; Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão Fiduciária de direitos.
2ª emissão debêntures - 1ª série	Veleiros Holdings - Debênture 2ª emissão 1ª série	Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão Fiduciária de direitos.
2ª emissão debêntures - 2ª série	Veleiros Holdings - Debênture 2ª emissão 2ª série	Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão Fiduciária de direitos.
BNB	Ventos de São Ricardo 03	Fiança Bancária; Conta Reserva.
BNB	Ventos de São Ricardo 04	Fiança Bancária; Conta Reserva.
1ª emissão debêntures - 1ª série	Ventos de Santa Tereza 07 - 1ª emissão, 1ª Série	Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão de direitos.
1ª emissão debêntures - 2ª série	Ventos de Santa Tereza 07 - 1ª emissão, 2ª Série	Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão de direitos.
BNDES	Ventos de São Tito	Conta Reserva; Fiança bancária; Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão Fiduciária de direitos.
Debêntures	Ventos de São Tito	Fiança Bancária
BNDES	Ventos de São Tomé	Conta Reserva; Fiança bancária; Alienação fiduciária de Ações; Alienação fiduciária de Equipamentos; Cessão Fiduciária de direitos.
Debêntures	Ventos de São Tomé	Fiança Bancária
Debêntures	8ª Emissão de Debêntures	Conta Reserva; Alienação fiduciária de Ações; Cessão fiduciária de direitos.
Debêntures	9ª Emissão de Debêntures - 1ª série	-
Debêntures	9ª Emissão de Debêntures - 2ª série	-
Debêntures	9ª Emissão de Debêntures - 3ª série	-
Debêntures	10ª Emissão de Debêntures	-
Debêntures	11ª Emissão de Debêntures	-
ScotiaBank - 4131 (2020)	Auren Operações	-
ScotiaBank - 4131 (2021)	Auren Operações	-
BNDES	Brasventos Eolo	Conta Reserva; Alienação fiduciária de Ações; Cessão Fiduciária de direitos.
BNDES	Brasventos Miassaba	Conta Reserva; Alienação fiduciária de Ações; Cessão Fiduciária de direitos.
BNDES	Rei dos Ventos 3	Conta Reserva; Alienação fiduciária de Ações; Cessão Fiduciária de direitos.
Debêntures	1ª Emissão de Debêntures - 1ª série	Conta Reserva
Debêntures	1ª Emissão de Debêntures - 2ª série	Conta Reserva
BNDES	Mar e Terra	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNDES	Embuaca	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNDES	Icarai	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNDES	Bela Vista	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNB	Mar e Terra	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNB	Embuaca	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNB	Icarai	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNB	Bela Vista	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.

Auren Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

BNDES	São Jorge	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNDES	São Cristóvão	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNDES	Santo Antonio de Pádua	Conta Reserva; Cessão Fiduciária de Direitos.
BNDES	Brisa	Conta Reserva
BNDES	Vento	Conta Reserva
BNDES	Wind	Conta Reserva
Debêntures	Auren Participações	Fidejussória - Auren Energia S.A.

e) Condições restritivas

Alguns contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida líquida sobre Ebitda ajustado, e/ou índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram integralmente cumpridas.

16 Fornecedores

		Consolidado		Controlado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Circulante					
Energia comprada para revenda		119.592	155.331	-	-
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	22	38.727	785	-	-
Fornecedores de materiais e serviços (i)		287.661	339.233	133	515
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas	22	2.023	42	173	173
Encargos de uso da rede elétrica		2.866	49.437	-	-
		450.869	544.828	306	688

- (i) Redução do saldo de materiais e serviços, dado que no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 havia valores relacionados às obras do Complexo Cajuína e provisão de seguros.

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os

impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no exercício em que o valor definitivo é determinado.

Algumas controladas indiretas dos complexos eólicos e solares, optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram efeitos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito, no âmbito do IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments (ICPC 22).

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores de imposto de renda e de contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(203.665)	(290.742)	(475.816)	(420.748)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	69.246	98.853	161.777	143.054
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Amortização de mais-valia em combinação de negócios e de direitos contratuais, exploração de autorização	(29.669)	(28.068)	-	-
Equivalência patrimonial	(700)	(3.250)	(46.651)	(105.474)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(266.197)	(202.594)	(109.648)	(36.085)
Exclusões temporárias sem constituição de diferido	(9.147)	(1.750)	(8.695)	566
Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido	82.573	86.734	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(11.321)	21.746	(338)	(2.050)
IRPJ e CSLL apurados	(165.215)	(28.329)	(3.555)	11
Correntes	(159.317)	(98.984)	-	-
Diferidos	(5.898)	70.655	(3.555)	11
IRPJ e CSLL no resultado	(165.215)	(28.329)	(3.555)	11

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2025 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias da controlada Auren Operações estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia, para os períodos das respectivas concessões, as quais são revisadas anualmente, e demonstram, de forma consistente, a realização dos respectivos saldos.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa utilizada para as análises tem como base o Planejamento estratégico que demonstra que a controlada Auren Operações terá lucros tributáveis superiores ao montante total de créditos fiscais, sendo possível recuperar os créditos diferidos constituídos em sua totalidade até 2032.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social				
Prejuízos fiscais e base negativa	526.921	540.751	-	-
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Provisão ativo regulatório	10.434	-	-	-
Provisão para litígios	14.416	19.429	-	-
Contratos futuros de energia	-	94.223	-	-
Créditos fiscais de ágios incorporados	38.382	48.476	-	-
Ressarcimento de energia	-	18.916	-	-
Outras provisões	28.854	30.368	-	-
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Ajuste a valor justo - Empréstimos e financiamentos	(3.526)	-	(3.526)	-
Repactuação de risco hidrológico	(191.708)	(219.205)	-	-
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(158)	(195)	(73)	(44)
Ajuste a valor presente sobre alienação de investidas	(27.489)	-	-	-
Contratos futuros de energia	-	(82.435)	-	-
Ativo imobilizado - taxa de depreciação	(13.642)	(17.786)	-	-
Juros Capitalizados	(65.662)	(66.036)	-	-
Outros débitos	(6.710)	(20.872)	-	-
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios pós-emprego (i)	5.274	3.201	-	-
Custo atribuído de imobilizado	(192.752)	(215.421)	-	-
Hedge accounting	2.454	32.017	(265)	509
Líquido	125.088	165.431	(3.864)	465
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	156.544	173.514	-	465
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(31.456)	(8.083)	(3.864)	-

- (i) Os saldos de impostos diferidos, na avaliação da Administração, se realizarão no curso normal dos negócios, e dentro do exercício de vigência das concessões detidas pelas controladas da Companhia, quando aplicável.

(c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	165.431	119.472	465	2.081
Efeitos de IRPJ e CSLL diferidos no resultado	(5.898)	70.655	(3.555)	11
Hedge accounting	(29.828)	1.711	(774)	(1.627)
Outros	(4.617)	(26.407)	-	-
Saldo no final do exercício	125.088	165.431	(3.864)	465

(d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros esperados, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros esperados, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre o prejuízo fiscal, base negativa e demais ajustes temporários em 31 de dezembro de 2025, com efeito em resultado:

	Consolidado					
	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030 até 2032	Total
Realização de diferido com efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	31.067	54.026	70.207	87.545	284.076	526.921
	31.067	54.026	70.207	87.545	284.076	526.921

(e) Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Consolidado			
	Prejuízo fiscal e Base negativa de Contribuição Social		Diferenças Temporárias	Total Diferido não Contabilizado
	IRPJ	CSLL	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL
Controladora	113.275	40.779	875	154.929
Demais Holdings	607.123	215.361	101.313	923.797
Total	720.398	256.140	102.188	1.078.726

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas holdings, cujos resultados são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

18 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos**Política contábil****Obrigações de desmobilização de ativos**

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existent. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

Composição e movimentação

					Consolidado	
					2025	2024
	Nota	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Total	Total
Saldo no início do exercício		578.100	79.561	(516.581)	141.080	99.248
Atualização monetária	7	7.537	3.166	-	10.703	14.617
Remensurações (i)		154.363	-	(88.649)	65.714	27.215
Realização do ajuste a valor presente	7	-	-	3.914	3.914	-
Saldo no final do exercício		740.000	82.727	(601.316)	221.411	141.080
Circulante		-	1.318	-	1.318	1.244
Não circulante		740.000	81.409	(601.316)	220.093	139.836
		740.000	82.727	(601.316)	221.411	141.080

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos. Os custos estimados passaram a ser atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de forma mais adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas associadas às projeções de longo prazo. O saldo do passivo foi descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem prêmio de risco. Essa atualização resultou na redução da taxa de desconto aplicada e, consequentemente, no aumento do valor do passivo de desmobilização de ativos.

19 Ressarcimento

Política contábil

A conta de provisão de ressarcimento à CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia eólica e solar fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais e são reconhecidos no resultado como ajuste positivo ou negativo da receita, na rubrica “Receita bruta de venda de energia”. A Administração da Companhia e suas controladas entendem que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Parques eólicos

(a) Ressarcimento anual

Contratos de Leilão de energia reserva: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente no momento da apuração sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de até 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a 70% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do segundo mês do próximo ciclo anual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos de Leilão de energia nova: Caso a energia fornecida no ano, seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente, no ciclo base de apuração, e o PLD médio do mesmo exercício, aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Tais acertos financeiros, dependendo do leilão, ocorrem ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, ambos a partir do segundo mês do próximo ano contratual. Caso a energia fornecida seja superior à energia contratada, as faixas estarão compreendidas entre 130% e 100%, de acordo com o ano atual de apuração do ressarcimento quadrienal, sendo que os limites de tolerância são: 130% no primeiro ano, 120% no segundo ano, 110% no terceiro ano ou 100% no quarto ano. Para esses casos, a Companhia receberá o valor equivalente a aplicação

do PLD sobre o montante em MWh conforme limite de tolerância, em parcela única a partir do segundo mês do próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE.

(b) Ressarcimento quadrienal

Contratos de Leilão de energia reserva: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento total incluirá a) O valor do ressarcimento equivalente a aplicação do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, b) e uma penalidade, equivalente a aplicação de até 6% do preço contratual vigente aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas receberão o valor equivalente a aplicação do PLD sobre o montante em MWh, ou pode carregar o saldo para o próximo quadriênio, ou vender para um outro vendedor do mesmo leilão. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites ocorre em 12 parcelas mensais e o acerto financeiro para energia gerada acima dos limites ocorre em 24 parcelas mensais, ambos a partir do segundo mês do último ano contratual de cada ciclo quadrienal, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas à CCEE.

Contratos de Leilão de energia nova: Caso a energia fornecida seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente ao maior valor entre o preço contratual vigente no último ano do ciclo base de apuração acrescido de 6% e o PLD médio do quadriênio de apuração aplicado sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante, dado que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%. O acerto financeiro para energia fornecida abaixo dos limites, dependendo do leilão, ocorre ou em 12 parcelas mensais ou via dedução parcial ou integral da receita, sendo que neste caso, o número de parcelas pode variar caso o montante a ser deduzido seja maior que a receita mensal, em ambos os casos a partir de fevereiro do ano subsequente ao último ano contratual de cada quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pelas controladas da Companhia à CCEE. Não há acerto financeiro quadrienal para energia fornecida acima dos limites, uma vez que, nessa hipótese, os valores serão liquidados nos critérios enquadrados no ressarcimento anual.

Parques solares

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014), Complexo Solar Boa Hora (LER 2015) e Complexo Solar AGV (LEN 2017), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância - 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

(a) Ressarcimento a receber e provisão de ressarcimento

				Consolidado	
				2025	2024
	Nota	Ressarcimento anual	Ressarcimento quadrienal	Total	Total
Saldo no início do exercício		718.404	222.069	940.473	758.975
Provisão / (reversão)	5	333.200	97.393	430.593	350.417
Pagamentos (i)		(114.922)	(10.871)	(125.793)	(181.246)
Atualização monetária	7	4.955	23.754	28.709	12.327
		223.233	110.276	333.509	181.498
Saldo no final do exercício		941.637	332.345	1.273.982	940.473
Ativo					
Circulante		-	-	-	3.203
Não circulante		-	-	-	6.038
		-	-	-	9.241
Passivo					
Circulante		594.298	157.825	752.123	796.834
Não circulante		347.339	174.520	521.859	152.880
		941.637	332.345	1.273.982	949.714
Saldo líquido		941.637	332.345	1.273.982	940.473

- (i) A ANEEL, publicou em 23 de março de 2021 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, posteriormente consolidada, sem alterações, pela REN 1030/2022, regulamentando a metodologia de cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. A regulamentação também definiu as condições necessárias para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao período “provisório” do *constrained-off* eólico, abrangendo eventos de restrição de geração anteriores a outubro de 2021.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado nº 970/22, apresentando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período “provisório”, limitado aos eventos de janeiro de 2018 a setembro de 2021. As reapurações ocorreram de junho de 2023 a junho de 2024.

Em 12 de setembro de 2023, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que adicionou à REN 1.030/2022 diretrizes análogas às aplicadas às usinas eólicas, porém destinadas à apuração e pagamento do *constrained-off* para as usinas solares. Essa norma também estabeleceu um período transitório relativo aos eventos ocorridos antes de abril de 2024 para as usinas de fonte solar.

Entretanto, os pagamentos foram suspensos em julho de 2024 devido à ausência de regras de comercialização específicas para o período “definitivo” do *constrained-off* eólico, relativo aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109/2024, derivada da Consulta Pública nº 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização aplicáveis ao período “definitivo”.

Em 19 de maio de 2025, a CCEE publicou o Comunicado CO 372/25, estabelecendo o cronograma de operacionalização das recontabilizações e ressarcimentos dos CERs e CCEARs associados ao *constrained-off* de usinas eólicas, à luz da metodologia definitiva.

Em 25 de Novembro de 2025, foi publicada a Lei 15.269/2025, originada da Medida Provisória nº 1.304/2025, instituindo um “acordo” para os ressarcimentos por *constrained-off* exigidos por usinas eólicas e solares no período entre 1º de setembro de 2023 e 25 de novembro de 2025. Conforme previsto na lei, esse acordo será formalizado por meio de um Termo de Compromisso firmado entre o Poder Concedente e os agentes de geração afetados, sendo que os ressarcimentos serão custeados por montantes financeiros devidos por geradores com desvios negativos de geração nos Contratos de Energia de Reserva (CER) e nos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs). A minuta do Termo passou por Consulta Pública aberta pelo MME ainda em 2025.

O cronograma publicado no CO 372/25 foi posteriormente revisado pelo CO 937/2025, em 15 de dezembro de 2025. No entanto, em 30 de dezembro de 2025, diante da iminente abertura da Consulta Pública do MME relativa ao Termo de Compromisso, a CCEE publicou o CO 971/25 suspendendo esses ressarcimentos até a publicação de nova regulamentação.

A Consulta Pública MME nº 210/2025, voltada à discussão do referido Termo de Compromisso, foi aberta em 31 de dezembro de 2025, com prazo para contribuições até 16 de janeiro de 2026. Até o momento, não houve desfecho por parte do MME, de modo que os ressarcimentos previstos no CO 971/25 permanecem suspensos, aguardando a definição regulatória.

No contexto desta Consulta Pública e da complexidade da matéria, mesmo diante do comunicado de suspensão da CCEE, o MME encaminhou carta à ANEEL solicitando avaliação sobre a suspensão supracitada. Diante disso, foi instaurado processo cautelar, aprovado e formalizado por meio do despacho nº 148/2026, publicado pela ANEEL em 26 de janeiro de 2026.

Apesar de a suspensão ter sido estabelecida por período limitado, há percepção de que esse prazo poderá ser prorrogado até a definição das condições decorrentes da Consulta Pública do MME, de modo que os recursos possam ser direcionados à cobertura dos custos de compensação dos geradores.

20 Provisão para litígios

Política contábil

A Companhia e suas controladas possuem processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental, e baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível e não são provisionados, têm os respectivos montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Composição e movimentação

	Nota						Consolidado
		Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	2025 Total	2024 Total
Saldo no início do exercício		9.013	8.204	20.526	13.442	51.185	74.306
Atualização monetária	7	782	1.258	789	1.249	4.078	(34.336)
Provisão (Reversão)	6	13.588	1.841	(4.190)	5.207	16.446	11.216
(-) Pagamentos		(28)	(1.153)	-	-	(1.181)	(1)
Saldo no final do exercício		23.355	10.150	17.125	19.898	70.528	51.185
Circulante		58	9.040	301	1.647	11.046	11.749
Não circulante		23.297	1.110	16.824	18.251	59.482	39.436
		23.355	10.150	17.125	19.898	70.528	51.185

Cíveis: existem 123 ações indenizatórias, de obrigação de pagar e/ou fazer, além daqueles de natureza imobiliária e regulatória, movidas contra ou pela Companhia. Deste total, os pedidos classificados com prognóstico de perda provável totalizam o risco de R\$ 23.355.

Trabalhistas: existem 27 processos de natureza trabalhista, movidos por empregados e ex-empregados próprios e terceirizados, nos quais são pleiteadas verbas indenizatórias, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. Em 31 de dezembro de 2025, o valor provisionado para todas as ações trabalhistas perfaz a quantia de R\$10.150.

Ambientais: existem 68 processos de natureza ambiental que versam sobre supostos danos ocasionados pela construção de usinas da Companhia e outros decorrentes das operações da Auren Participações. Neste universo de casos, os pedidos classificados com a probabilidade de perda como provável somam a quantia estimada de R\$ 17.125.

Tributárias: existem 16 processos judiciais e administrativos de natureza tributária, movidos contra e pela Companhia, nos quais são discutidos créditos e compensações tributárias. Em 31 de dezembro de 2025, na avaliação dos assessores da Companhia, com a concordância de sua Administração, a provisão dos pedidos destas causas perfaz o total de R\$ 19.898.

O contencioso passivo é objeto de acompanhamento constante, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A controlada direta Auren Operações e suas subsidiárias estão envolvidas em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Consolidado	
	2025	2024
Tributárias	1.320.039	1.296.010
Cíveis	144.571	126.923
Ambientais	1.822	124
Trabalhistas	19.160	12.666
	1.485.592	1.435.723

A Companhia classifica os pedidos das ações individualmente, o que quer dizer que o mesmo processo poderá receber classificação de provisão para determinado pedido do litígio e classificação de perda possível para outro pedido do mesmo processo.

Neste cenário, considerando os pedidos cujo risco foi classificado como perda possível, destacam-se aqueles relativos aos processos de natureza tributária que representam 89% do risco total.

Tributárias: dos 49 processos administrativos e judiciais cuja natureza é tributária, a soma dos pedidos classificados com risco possível é de R\$1.320.039. Neste universo de casos, aproximadamente 80% (oitenta por cento) do risco possível está concentrado em discussões administrativas e judiciais que envolvem (i) amortização fiscal de ágio decorrente de aquisições e incorporações realizadas pela Companhia; e (ii) compensação de prejuízos fiscais supostamente efetuada em desconformidade com os limites legais.

Cível: existem 120 ações indenizatórias, de obrigação de pagar e/ou fazer, além daquelas classificadas com naturezas imobiliária e regulatória, o risco possível total é de R\$ 144.571.

Independente do prognóstico, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso, e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira. A Administração da Companhia e a Administração de suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

21 Benefícios pós-emprego**Política contábil**

A Companhia patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar os benefícios garantidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest é a principal entidade responsável pela Administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

A Companhia, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em 03 de maio de 2019, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 296, a alteração no regulamento do PSAP/Auren Operações (Plano de suplementação de aposentadoria e pensão), que trata do fechamento às novas adesões. O novo regulamento teve início de vigência em 1º de junho de 2019. Nesta mesma data, houve a abertura de um novo plano de contribuição definida (CD).

Adicionalmente, em 17 de dezembro de 2020, foi aprovado pela PREVIC, por meio da Portaria PREVIC nº 867, nova alteração no regulamento do PSAP, que trata do saldamento do plano de benefícios. Esta operação de saldamento resulta na suspensão dos aportes de contribuições no PSAP e, a partir desta data, os aportes serão efetuados no plano CD, criado em 2019.

O objetivo foi mitigar riscos de futuros déficits, buscando maior equilíbrio e controle das obrigações do plano e, ao mesmo tempo, preservar o direito adquirido dos participantes e assistidos, diminuindo também as contribuições para equacionamento de eventuais déficits futuros. Os riscos mitigados foram de aumento da obrigação atuarial em função do acúmulo de tempo de serviço e do crescimento salarial do subplano BD. Os riscos financeiro e de mortalidade continuarão existindo, porém terão um impacto menor sobre o passivo do subplano BD.

O plano de aposentadoria na modalidade benefício definido tem o custo da concessão dos benefícios determinados pelo método de crédito unitário projetado, líquido dos ativos garantidores do plano. A Companhia avalia seu passivo com benefícios suplementares de aposentadoria por meio de avaliação atuarial realizada em bases anuais, com a ajuda de consultores especializados em serviços atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas descritas a seguir. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Ao final do exercício de 2023, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado (BSPS) é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram anteriormente ao modelo implementado no momento da privatização da Companhia, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do plano.

As principais premissas utilizadas pela Companhia estão descritas a seguir: (i) Taxa de desconto: a Companhia considera as taxas dos títulos do Tesouro Nacional com vencimento correspondente a duração (tempo médio de pagamento futuro dos benefícios) da obrigação do benefício definido; (ii) Taxa de mortalidade: se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. A Vivest testa, anualmente, a aderência da tábua de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano. (iii) Aumento salarial, benefícios e inflação: a hipótese de crescimento salarial é definida pela Companhia, de acordo com sua política de remuneração, para refletir a expectativa de crescimento salarial real para os próximos anos. Os reajustes de benefícios são corrigidos anualmente pelo IGP-DI,

que é o indexador do plano. Em relação à taxa de inflação, foi determinado 3,5% com base nas taxas projetadas para os próximos 10 anos. (iv) A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo.

O ativo ou passivo líquido do plano de benefício definido reconhecido nas demonstrações contábeis corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos o valor justo dos ativos do plano.

Os ativos do plano são mantidos por uma entidade fechada de previdência complementar (Vivest). O valor justo se baseia em informações sobre preço de mercado e, no caso de títulos cotados, no preço de compra publicado. O valor de qualquer ativo de benefício definido reconhecido é limitado ao valor presente de qualquer benefício econômico disponível na forma de reembolso ou de reduções nas contribuições patronais futuras do plano.

Em 31 de dezembro de 2025, a Vivest indicou um superávit no plano BD de R\$ 8.167 (déficit de R\$ 32.052 em 31 de dezembro de 2024), valor superior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 20.760 (R\$ 21.045 em 31 de dezembro de 2024). O BSPS apresentou superávit técnico pela Vivest de R\$ 15.507 (déficit de R\$ 44.562 em 31 de dezembro de 2024), valor superior ao limite estabelecido pela Resolução CNPC, que na data base de 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 16.449 (equacionamento no montante de R\$ 19.667 em 31 de dezembro de 2024). O Plano CV fechou o exercício de 2025 em equilíbrio em 31 de dezembro de 2025 (déficit de R\$ 3.489 em 31 de dezembro de 2024).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve imunização dos ativos, com ajuste de precificação no montante de R\$ 23.884 para o plano BD, e montante de R\$ 29.055 para o plano BSPS. Dessa forma, não há novo equacionamento obrigatório de déficit no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Vale ressaltar que existem duas formas de apuração de resultados desse plano: a que a Companhia calcula para atendimento à Deliberação CVM nº 110/2022 e a calculada pelo administrador do plano para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC. Os valores estimados são diferentes pois utilizam metodologias e premissas distintas.

Programa de incentivo à aposentadoria

A Companhia possui Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA), previsto em seu acordo coletivo. O aderente ao PIA receberá os seguintes benefícios: (i) indenização variável equivalente a 0,3 do último salário base por ano de trabalho prestado à Companhia, limitado a 10 salários; (ii) 12 meses de auxílio alimentação (VA/VR); e (iii) 18 meses de assistência médica hospitalar e odontológica aos empregados e seus dependentes diretos.

(a) Premissas Atuariais

	Consolidado			
	BSPS	BD	CV	PIA
Premissas:				
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,02%	11,02%	11,02%	11,02%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	11,02%	11,02%	11,02%	11,02%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	7,27%	7,27%	7,27%	7,27%
Taxa de crescimento salarial	N/A	N/A	N/A	6,09%
Taxa de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de rotatividade	N/A	N/A	N/A	N/A
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo			
Tábua de entrada em invalidez	UP-84 Modificada Masculina suavizada em 60%			
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 masculina agravada em 10%,			
Quantidade de participantes:				
Nº de participantes ativos	16	158	22	440
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	377	401	173	-
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	10	11	5	-
Nº de participantes inativos - pensionistas	73	76	30	-

(b) Cálculos e Movimentações

	Consolidado				
Análise de sensibilidade	BSPS	BD	CV	PIA	Total
Efeito sobre a obrigação de benefício definido se:					
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	311.094	194.161	22.873	4.136	532.264
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	289.929	175.233	20.665	3.786	489.613

	Consolidado				
Fluxos de caixa projetados	BSPS	BD	CV	PIA	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte	7.647	3.326	254	-	11.227
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:					
2026	31.646	14.512	1.955	637	48.750
2027	32.288	15.999	2.515	-	50.802
2028	32.901	16.893	2.588	290	52.672
2029	33.450	17.585	2.660	164	53.859
2030	33.953	18.297	2.734	510	55.494
2031 a 2035	173.998	106.640	14.653	2.968	298.259

	Consolidado				
	BSPS	BD	CV		
Valor justo dos ativos do plano de benefícios	2025	2024	2025	2024	2025
Ativos					
Disponível	-	-	-	-	-
Recebível	32.453	49.735	1.454	251	1.263
Investimento	279.306	280.162	209.112	196.131	55.321
	311.759	329.897	210.566	196.382	56.584
Passivos					
Obrigações	(969)	(2.131)	(499)	(573)	(382)
Fundos não previdenciais	(350)	(266)	-	-	(279)
Saldos de conta CD	-	-	-	-	(26.772)
Valor justo	310.440	327.500	210.067	195.809	29.151
					25.118

(c) Conciliação dos ativos e passivos

						Consolidado
					2025	2024
	BSPS	BD	CV	PIA	Total	Total
Valor da obrigação atuarial líquida	300.164	184.301	21.727	-	506.192	505.946
Valor justo dos ativos dos planos	(276.248)	(207.084)	(27.407)	-	(510.739)	(499.434)
Valor presente das obrigações atuariais	-	-	-	3.954	3.954	8.496
Excedente irrecuperável (efeito do teto de ativos)	-	22.783	5.680	-	28.463	12.473
Total do passivo líquido	23.916	-	-	3.954	27.870	27.481

(d) Demonstração do passivo atuarial

							Consolidado
							2025
							2024
	Nota	BSPS	BD	CV	PIA	Total	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações		299.193	196.447	22.779	8.496	526.915	604.729
Custo do serviço corrente	21(f)	-	-	-	662	662	927
Juros sobre a obrigação atuarial	21(f)	31.842	20.147	2.111	853	54.953	54.895
Benefícios pagos pela empresa		-	-	-	(579)	(579)	(746)
Contribuições dos participantes do plano		-	308	-	-	308	419
Benefícios pagos pelo plano		(34.918)	(15.083)	(2.195)	-	(52.196)	(49.099)
(Ganhos) /perdas atuariais	21(h)	4.047	(7.948)	1.936	(5.478)	(7.443)	(84.210)
Obrigação total no exercício		300.164	193.871	24.631	3.954	522.620	526.915
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano		(280.209)	(196.447)	(22.778)	-	(499.434)	(500.722)
Juros sobre ativos do plano	21(f)	(30.000)	(21.359)	(2.447)	-	(53.806)	(45.633)
Contribuições do patrocinador		(5.524)	(2.627)	(180)	-	(8.331)	(8.300)
Contribuições dos participantes do plano		-	(308)	-	-	(308)	(419)
Benefícios pagos pelo plano		34.918	15.083	2.195	-	52.196	49.099
Rendimento dos ativos do plano	21(h)	4.567	(1.426)	(4.197)	-	(1.056)	6.541
Valor justo dos ativos dos planos		(276.248)	(207.084)	(27.407)	-	(510.739)	(499.434)
Juros sobre o superavit irre recuperável	21 (f)	-	1.072	325	-	1.397	-
Mudança no superavit irre recuperável durante o período		-	12.141	2.451	-	14.592	-
Total do passivo líquido		23.916	-	-	3.954	27.870	27.481

(e) Composição e movimentação do passivo atuarial

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve ajuste de avaliação atuarial no montante de R\$ 6.093.

							Consolidado
							2025
							2024
	Nota						
Saldo inicial do exercício						27.481	104.007
Custo do serviço corrente						662	927
Juros sobre a obrigação atuarial	7					2.544	9.262
Contribuições pagas						(8.910)	(9.046)
Atualização de mensuração atuarial						6.093	(77.669)
Saldo final do exercício						27.870	27.481

(f) Componentes do resultado do exercício

							Consolidado
							2025
							2024
		BSPS	BD	CV	PIA	Total	Total
Custo do serviço corrente		-	-	-	662	662	927
Custo de juros sobre a obrigação		31.842	20.147	2.111	853	54.953	54.895
Rendimento esperado sobre os ativos do plano		(30.000)	(21.359)	(2.447)	-	(53.806)	(45.633)
Juros sobre o superavit irre recuperável		-	1.072	325	-	1.397	-
Total do resultado do exercício		1.842	(140)	(11)	1.515	3.206	10.189

(g) Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA)

							Consolidado
							2025
							2024
	Nota	BSPS	BD	CV	PIA		
Ganho atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras		234	(8.460)	1.866	(5.765)	(12.125)	15.827
Ganho (perda) atuarial de alterações de premissas		3.813	512	70	287	4.682	(112.510)
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecidos		4.567	(1.426)	(4.197)	-	(1.056)	6.541
Mudança no superávit irre recuperável		-	12.141	2.452	-	14.593	12.473
Movimento em ORA durante o exercício		8.614	2.767	191	(5.478)	6.094	(77.669)
Efeitos de tributos diferidos		(2.929)	(942)	(65)	1.863	(2.073)	26.408
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	23.4	5.685	1.825	126	(3.615)	4.021	(51.261)

(h) Despesa / (receita) estimada para 2026 (não auditado)

Abaixo é demonstrada a despesa estimada para o exercício seguinte, com base na avaliação de atuário independente em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado				
	2026				
	BSPS	BD	CV	PIA	Total
Custo atual do serviço	-	(630)	4	396	(230)
Juros sobre o efeito do teto do (ativo) / passivo do plano	2.214	(183)	(14)	401	2.418
Despesa estimada para o exercício	2.214	(813)	(10)	797	2.188

22 Partes relacionadas

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

	Nota	Ativo		Passivo		Vendas e serviços (Nota 5)		Compras, serviços e outros		Resultado financeiro	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes	11										
Complexo Tucano		1.827	844	-	-	9.503	2.228	-	-	-	-
Esfera Comercializadora		-	2.365	-	-	(2.365)	2.365	-	-	-	-
Auren Comercializadora de Energia		106.032	898	-	-	1.053.490	11.838	-	-	-	-
Complexo Jaiba		9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grupo Motiva Infr de Mobilidade S.A. (i)		-	-	-	-	5.327	-	-	-	-	-
		107.868	4.107	-	-	1.065.955	16.431	-	-	-	-
Outros ativos											
Gestão administrativa e operacional - Complexo Tucano		3.797	4.507	-	-	3.789	3.332	-	-	-	-
		3.797	4.507	-	-	3.789	3.332	-	-	-	-
Dividendos a receber											
Dividendos a receber - Complexo Tucano		635	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		635	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores - compras de energia	14										
Complexo Tucano		-	-	-	-	-	-	(6.651)	(2.719)	-	-
Esfera Comercializadora		-	-	-	538	-	-	539	(539)	-	-
Auren Comercializadora de Energia		-	-	38.727	247	-	-	(477.617)	(247)	-	-
		-	-	38.727	785	-	-	(483.729)	(3.505)	-	-
Fornecedores - serviços e repasse de custos	14										
Way2 Serviços de Comunicação		-	-	17	42	-	-	-	-	-	-
Votorantim S.A.		-	-	1.607	-	-	-	(12.696)	-	-	-
AES Big Sky LLC (ii)		-	-	-	-	-	-	-	(26.356)	-	(517)
Auren Energia		-	-	399	-	-	-	-	-	-	-
GreenAnt (ii)		-	-	-	-	-	-	-	(41)	-	-
CESP		-	-	-	-	-	-	(65)	-	-	-
		-	-	2.023	42	-	-	(12.761)	(26.397)	-	(517)
Dividendos a pagar											
Outros		-	-	173	173	-	-	-	-	-	-
		-	-	173	173	-	-	-	-	-	-
Outras obrigações											
Complexo Tucano		-	-	279	279	-	-	-	-	-	-
CESP		-	-	356	-	-	-	-	-	-	-
Jaiba V Holding S.A.		-	-	1.260	-	-	-	-	-	-	-
Auren Energia		-	-	5.600	-	-	-	-	-	-	-
		-	-	7.495	279	-	-	-	-	-	-
		112.300	8.614	48.418	1.279	1.069.744	19.763	(496.490)	(29.902)	-	(517)

(i) Refere-se as empresas Concessionária das linhas 5 e 17 do Metrô de São Paulo S.A. e Concessionária da linha 4 do Metro de São Paulo S.A.

(ii) Refere-se as empresas que não são Partes Relacionadas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Controladora							
		Ativo		Passivo	Resultado financeiro		
	Nota	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes							
Complexo Cajuína		176	-	-	-	-	-
Parque Caetés		15	-	-	-	-	-
		191	-	-	-	-	-
Dividendos a receber							
GF2 Holdings S.A.		2	-	-	-	-	-
Complexo Tucano		1.635	1.635	-	-	-	-
Auren Operações		108.786	108.788	-	-	-	-
		110.423	110.423	-	-	-	-
Debêntures							
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A.		611.475	-	-	-	34.147	-
		611.475	-	-	-	34.147	-
Outros ativos							
Transferência de ações - Jaiba		-	-	1.260	-	-	-
		-	-	1.260	-	-	-
Fornecedores de materiais e Serviços							
Auren Operações	14	-	-	-	3	-	-
Complexo Alto Sertão		-	-	8	-	-	-
Complexo Cajuína		-	-	47	-	-	-
Complexo Tucano		-	-	8	-	-	-
		-	-	63	3	-	-
Dividendos a pagar							
Outros	14	-	-	173	173	-	-
		-	-	173	173	-	-
		722.089	110.423	1.496	176	34.147	-

22.1 Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2025	2024
Remuneração fixa e variável (i)	355	26.745
Encargos sociais	71	-
	426	26.745

- (i) É composta pela remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), variável (bônus e participação nos resultados), e dos benefícios com assistência médica e odontológica, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

A variação no exercício é decorrente da mudança na estrutura da alta administração da Companhia para a controladora direta, composta anteriormente pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração.

Conforme política de transações com partes relacionadas, a Companhia considera pessoal-chave da Administração os membros do Conselho de Administração (composto por um membro).

23 Patrimônio líquido**23.1 Capital social**

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.467.928 (R\$ 3.321.471 em 31 de dezembro de 2024), representado em 943.773.312 ações ordinárias, nominativas e escriturais (R\$ 751.079.230 em 31 de dezembro de 2024) integralmente detido pela Auren Energia.

	Consolidado e controladora		
	Capital social integralizado	Quantidade de ações - em unidades	
		Ordinárias	%
Acionistas Controladores			
Auren Energia S.A.	3.467.917	943.770.172	100,00%
	3.467.917	943.770.172	100,00%
Outros			
Ações em tesouraria	11	3.140	0,00%
	11	3.140	0,00%
	3.467.928	943.773.312	100%

23.2 Reserva de capital

Em 31 de dezembro 2025 e 2024 a Companhia apresenta saldo no montante de R\$ 1.234.780 de reserva de capital composto por (i) efeito da incorporação de ações da AES Tietê Energia no montante de R\$377.602, (ii) aumento de capital – oferta privada de ações no montante de R\$ 967.678, (iii) capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada, no montante de (R\$55.470), (iv) ações e opções de ações outorgadas no montante de R\$1.575, (v) (R\$18.230) referente ao custo na emissão de ações e (vi) transação de capital sobre compra de ações da Auren Operações no montante de (R\$38.375).

23.3 Reserva de lucros

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Reserva legal (i)	40.283	40.283
Lucros a realizar (ii)	72.216	73.749
Reserva de Investimentos	-	746.457
	112.499	860.489

- (i) A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.
- (ii) Com o objetivo de não distribuir dividendos mínimo obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente, apesar de economicamente realizada, originado pelo reconhecimento de benefício fiscal na Controlada direta Auren Operações pela incorporação da AES Tietê, ocorrida em 2021, a Companhia constituiu reserva de lucros a realizar, para quando financeiramente realizada, em períodos posteriores, possa então ser distribuída como dividendos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, houve a realização da reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 1.533.

23.4 Ajuste de avaliação patrimonial

O saldo de outros componentes do resultado abrangente no montante de (R\$ 185.437) em 31 de dezembro de 2025 ((R\$ 172.958) em 31 de dezembro de 2024) refere-se principalmente a parcela eficaz de *hedge accounting*, decorrentes das variações do valor justo do instrumento.

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	(172.958)	(167.982)
Provisão de hedge <i>accounting</i>	57.305	(9.725)
Ganho (perda) de benefício pós-emprego - reflexo	(4.021)	51.261
Outros resultados abrangentes	(2.645)	(2.009)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	(65.065)	(50.169)
Instrumentos financeiros derivativos, líquido dos efeitos tributários	1.947	5.666
	(12.479)	(4.976)
Saldo no final do exercício	(185.437)	(172.958)

23.5 Participação de acionistas não controladores

O saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$1.067.875 (R\$1.077.260 em 31 de dezembro de 2024) é composto pelas controladas indiretas:

- Guaimbê Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A. ("Itaú"), com participação de 23,41% representada por ações preferenciais no montante de R\$1.009.649 (R\$1.014.991 em 31 de dezembro de 2024); A Companhia possui um acordo de investimento firmado com o Itaú Unibanco S.A., por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais, emitidas pela controlada indireta Guaimbê Holding, detentora de ativos em operação de geração de energia eólica e solar.

Esta classe de ação preferencial possui direito a 75% do Lucro Líquido da Guaimbê Holding, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 25%.

Assim sendo, há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador. De acordo com o Acordo de Acionistas, qualquer pagamento de dividendos aos acionistas são discricionários e somente ocorrem quando há deliberação em AGO/AGE.

- Veleiros Holdings, sendo o acionista não controlador Unipar Indupa do Brasil S.A., com a participação de 49,50%, no montante de R\$ 29.525, (R\$32.566 em 31 de dezembro de 2024); e Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pela controlada direta Tucano Holding I S.A. Esta classe de ação preferencial possui direito a 90% do Lucro Líquido da Veleiros Holdings, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 90%.

- Potengi Holdings, sendo o acionista não controlador BRF S.A., com a participação de 50%, no montante de R\$ 28.701, (R\$29.703 em 31 de dezembro de 2024).

Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pela controlada direta Tucano Holding I S.A.

Estas classes de ações preferenciais possuem direito a 78% do Lucro Líquido da Potengi Holdings, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 78%.

23.6 Acordo de acionistas – Guaimbê Holding

■ Emissão de ações preferenciais

A Auren Operações S.A., controlada direta da Companhia, firmou em 17 de março de 2021 e 03 de janeiro de 2022 Acordos de Investimento (“Acordos”), por meio dos quais o Itaú Unibanco S.A. (“Itaú”) subscreveu ações preferenciais decorrentes de aumento de capital realizados na Guaimbê Solar Holding S.A. (“Guaimbê Holding”), subsidiária da Auren Operações, nos montantes de R\$ 855 milhões e R\$ 360 milhões, respectivamente. Em 31 de dezembro de 2025, as participações societárias da Auren Operações e do Itaú eram de 76,59% e 23,41%, respectivamente.

Os dividendos atribuíveis aos acionistas preferencialistas não refletem proporcionalmente suas participações societárias e são calculados com base nos lucros da subsidiária. Conforme previsto no acordo de acionistas, os titulares das ações preferenciais têm direito a até 75% do lucro auferido pela Guaimbê Holding, nos termos da Lei das S.A. e desde que aprovado em Assembleia Geral, distribuído via dividendos, sendo que o percentual econômico utilizado para fins de equivalência patrimonial da investida pela Controladora é de 25%. A distribuição de resultados não ocorre de forma automática, estando sujeita à aprovação da Assembleia Geral por maioria do capital votante.

Na data-base 31 de dezembro de 2025, a Guaimbê Holding aprovou, em Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos intermediários e intercalares no montante total de R\$ 168.056 (R\$194.748 em 31 de dezembro de 2024). Desse valor, R\$ 126.042 são destinados ao acionista não controlador Itaú (R\$146.061 em 31 de dezembro de 2024).

■ Opção de compra (“Call”): mensuração do valor justo e reconhecimento

O acordo de acionistas concede à Auren Operações uma opção de compra da totalidade das ações preferenciais da Guaimbê Holding detidas pelo Itaú, cujo valor justo é mensurado por meio do método de fluxo de caixa descontado. Em 20 de dezembro de 2024, foi celebrado o 2º aditamento ao acordo de acionistas, conferindo à Auren Operações o direito de exercer a opção de compra de até 50% das ações entre 1º de janeiro de 2026 a 31 de dezembro de 2026 e, de até 100% das ações, no período de 1º de janeiro de 2027 e 30 de abril de 2031. Adicionalmente, o fator de atualização para o cálculo do preço de exercício da opção foi reduzido para 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a partir de 1º de novembro de 2024, cujo valor correspondia a R\$ 1.034.670 em 31 de dezembro de 2025 (R\$1.100.270 em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, a Auren Operações procedeu à mensuração do valor justo da opção de compra e concluiu que ela se encontrava fora do preço (“*out of the money*”), não havendo, portanto, qualquer valor a ser reconhecido em suas demonstrações financeiras.

■ Opção de venda contingente

Adicionalmente, o acordo de acionistas estabelece que o Itaú detém uma opção de venda contingente, cujo exercício está condicionado exclusivamente à ocorrência de determinados eventos materiais adversos definidos no Acordo. Dessa forma, trata-se de um direito potencial e não caracteriza uma obrigação financeira. Consequentemente, não há qualquer valor a ser reconhecido nas presentes demonstrações financeiras da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a participação do Itaú no patrimônio da Guaimbê Holding corresponde ao montante de R\$ 1.009.649 (R\$ 1.014.199 em 31 de dezembro de 2024).

24 Instrumento financeiro e gestão de risco

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

24.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

Auren Participações S.A.**Notas explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

			Consolidado		Controladora	
	Nota	Nível	2025	2024	2025	2024
Ativos						
Ao custo amortizado						
Caixa e bancos	8		39.795	149.369	400	353
Contas a receber de clientes	11		519.714	501.928	-	-
Ressarcimento	16		-	9.241	-	-
Partes relacionadas	19		3.797	4.507	611.475	-
Cauções e depósitos judiciais			19.041	12.425	932	846
			582.347	677.470	612.807	1.199
Ao valor justo por meio do resultado (i)						
Equivalentes de caixa	8	2	1.699.137	1.760.347	116.468	220.113
Aplicações financeiras	9	1	296.784	-	12.127	-
Fundo de liquidez - conta reserva	10	1	804.438	667.030	-	-
Contratos futuros de energia		2	-	242.455	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	2	179.173	-	179.034	-
			2.979.532	2.669.832	307.629	220.113
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (i)						
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	2	-	214.747	-	115.555
			3.561.879	3.562.049	920.436	336.867
Passivos						
Ao custo amortizado						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	15		8.782.101	11.224.228	-	706.166
Fornecedores	16		450.869	544.828	306	688
Arrendamentos			99.656	99.818	1.564	2.952
Partes relacionadas	19		7.495	279	1.260	-
Provisão de ressarcimento	16		1.273.982	949.714	-	-
Dividendos a pagar			42.990	99.264	173	173
Opção de recompra de participação acionária			-	17.329	-	-
			10.657.093	12.935.460	3.303	709.979
Ao valor justo por meio do resultado (i)						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	2	3.277.673	-	3.277.673	-
Contratos futuros de energia		2	-	257.430	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	2	174.758	-	168.664	-
			3.452.431	257.430	3.446.337	-
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (i)						
Instrumentos financeiros derivativos	24.3	2	19.104	109.999	-	12.165
			14.128.628	13.302.889	3.449.640	722.144

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

24.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco hidrológico e GSF, (d) risco regulatório, (e) risco socioambiental, (f) risco em renováveis não-hídricas e (g) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

I. Contas a receber

As vendas de energia são efetuadas para consumidores livres, comercializadoras, distribuidoras e geradoras por meio de contratos bilaterais e em contratos no ambiente regulado (leilões de energia), tanto no longo como no curto prazo. Nos contratos bilaterais de venda de energia no longo prazo no ambiente de contratação livre, a Companhia possui processos focados na mitigação de risco, que incluem: (i) Análises de demonstrativos financeiros dos clientes, concorrência, setor econômico de atuação e (ii) exigência de garantias: conforme análise de crédito, *rating* e condições contratuais. Para o mercado de curto prazo, eventuais inadimplências nos contratos de venda estão sujeitas à regulamentação da ANEEL, a qual tem a finalidade de garantir a liquidez no mercado de energia.

II. Equivalentes de caixa e aplicações financeiras

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

Auren Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)						
Fornecedores	2.162.965	2.477.142	4.510.101	7.664.498	5.598.791	22.413.497
Arrendamentos (i)	450.869	-	-	-	-	450.869
Instrumentos financeiros derivativos	13.687	23.917	35.621	58.190	114.391	245.806
Encargos setoriais	190.186	104.708	248.156	121.635	151	664.836
Dividendos a pagar	32.769	-	-	-	-	32.769
	42.990	-	-	-	-	42.990
	2.893.466	2.605.767	4.793.878	7.844.323	5.713.333	23.850.767

						Consolidado
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	2.825.686	5.050.414	3.941.270	8.801.699	3.409.950	24.029.019
Fornecedores	544.828	-	-	-	-	544.828
Arrendamentos (i)	14.018	25.706	35.646	57.804	126.652	259.826
Instrumentos financeiros derivativos	64.331	18.628	27.040	-	-	109.999
Contratos futuros de energia (i)	208.826	36.456	12.148	-	-	257.430
Encargos setoriais	20.742	-	-	-	-	20.742
Dividendos a pagar	99.264	-	-	-	-	99.264
	3.777.695	5.131.204	4.016.104	8.859.503	3.536.602	25.321.108

	Controladora					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	224.841	241.077	805.619	3.771.175	915.280	5.957.992
Fornecedores	306	-	-	-	-	306
Instrumentos financeiros derivativos	168.664	102.776	246.413	121.635	151	639.639
Dividendos a pagar	173	-	-	-	-	173
	393.984	343.853	1.052.032	3.892.810	915.431	6.598.110

	Controladora					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	606.710	-	-	-	-	606.710
Fornecedores	688	-	-	-	-	688
Instrumentos financeiros derivativos	12.165	-	-	-	-	12.165
Arrendamentos (i)	1.457	1.638	-	-	-	3.095
Dividendos a pagar	173	-	-	-	-	173
	621.193	1.638	-	-	-	622.831

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco hidrológico e GSF (*Generation Scaling Factor*)

A geração de energia elétrica da controlada Auren Operações depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõe o parque gerador hidroelétrico da controlada Auren Operações participam do Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico “GSF”) que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

(d) Risco regulatório

As atividades das controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(e) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(f) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos e solares

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica e solar, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos e solares estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas e solares

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido a limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(g) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, empréstimos, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de preço de mercado e volume

A Companhia está exposta a diferentes riscos atrelados diretamente à sua operação de comercializadora de energia, sendo um dos principais o risco caracterizado por variações no preço e quantidade de energia.

Para o controle e gestão dos riscos de mercado inerentes ao negócio, a Companhia estabelece limite de risco a fim de garantir que as perdas potenciais não se tornem prejuízos financeiros.

O monitoramento da exposição ao risco de mercado para a Companhia tem como objetivo informar as devidas alçadas para tomada de decisão e definição de planos de ação, caso necessário.

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia surge principalmente de empréstimos, financiamentos e debêntures de longo prazo. Os empréstimos, financiamentos e debêntures emitidos a taxas variáveis e taxas fixas expõem a Companhia ao risco de fluxo de caixa e de valor justo, respectivamente, associado à taxa de juros. A Companhia apresenta na Nota 15(a), a exposição à taxa de juros e instrumentos financeiros derivativos de proteção mantidos pela Companhia.

24.3 Instrumentos financeiros derivativos

▪ **Hedge de Fluxo de Caixa**

A controlada Auren Operações mantém operações de *cross-currency swap* para proteger a totalidade da exposição cambial dos empréstimos captados no exterior, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI.

A referida operação se qualifica como *hedge accounting* e estão classificados como hedge de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor for negativo.

Os itens protegidos e os instrumentos de hedge possuem uma relação econômica, uma vez que os termos e condições críticos do item coberto, como montantes do nocional, vencimentos, moedas e taxas de juros, são os mesmos do instrumento de cobertura.

A parcela altamente eficaz do hedge de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados ao resultado no período em que o item protegido impacta o desempenho da Companhia. Assim, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos swaps de taxa de juros, utilizados para proteger empréstimos sujeitos a taxa variáveis, são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira, simultaneamente ao reconhecimento dos encargos de juros dos empréstimos protegidos.

Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia usa o método da análise de regressão e correlação, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens atribuíveis aos riscos protegidos. O cálculo da efetividade do *hedge* não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos), uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas Controladas concluíram pela efetividade das suas operações de *hedge* firmados em todos os seus contratos.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

▪ **Hedge de Valor Justo**

A Companhia contratou operações de swap de taxa de juros com o objetivo de mitigar a exposição ao risco de mercado decorrente da dívida indexada ao Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Tais instrumentos têm por finalidade converter a obrigação originalmente exposta à variação inflacionária para uma taxa referenciada ao Certificado de Depósito Bancário (“CDI”), alinhando o perfil do passivo às condições de mercado e reduzindo a volatilidade do resultado associada a oscilações do IPCA.

Dentro dessa estratégia, a operação se qualifica como um hedge de valor justo, pois o risco protegido corresponde à exposição a alterações no valor justo de um passivo reconhecido, atribuível ao componente específico de risco, cujo efeito é registrado diretamente no resultado.

Os itens protegidos e os instrumentos de hedge apresentam relação econômica, uma vez que seus termos e condições críticos, incluindo montantes do nominal, vencimentos e indexadores, são compatíveis e refletem a estratégia de gerenciamento de risco da Companhia.

As variações no valor justo do instrumento de hedge são reconhecidas diretamente no resultado. Simultaneamente, a variação no valor justo do item protegido, atribuível ao risco coberto, também é reconhecida no resultado, sendo registrado como ajuste de valor justo no passivo protegido. A diferença entre essas variações representa a ineficiência do hedge, também reconhecida no resultado.

Para testar a efetividade do hedge, a Companhia aplica métodos quantitativos, incluindo análise de regressão e correlação, avaliando a existência de relação econômica e se o risco de crédito não domina as mudanças de valor dos instrumentos. As operações são celebradas com instituições financeiras de alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia concluiu que todas as relações de hedge de valor justo permaneceram efetivas.

Quando o hedge de valor justo é descontinuado, o ajuste de valor justo acumulado no item protegido é amortizado ao resultado pelo prazo remanescente da obrigação protegida, aplicando o método da taxa de juros efetiva.

Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2025:

Consolidado e controladora								
Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Ativo	Passivo	Valor Nocial (US\$/mil)	Efeito acumulado do MTM no Patrimônio Líquido
31/03/2021	Hedge de Fluxo de Caixa	Dólar	CDI	SWAP (i)	-	19.104	138.169	8.608
Total Hedge de Fluxo de Caixa					-	19.104		8.608
Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Ativo	Passivo	Valor Nocial	Efeito do MTM no Resultado do exercício
14/04/2025	Hedge de Valor Justo	IPCA	CDI	SWAP (ii)	132.505	104.912	2.000.000	27.593
08/08/2025	Hedge de Valor Justo	IPCA	CDI	SWAP (iii)	46.529	63.752	1.150.000	(17.223)
Total Hedge de Valor Justo					179.034	168.664		10.370
Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Derivativo	Ativo	Passivo	Valor Nocial (US\$/mil)	Efeito do MTM no Resultado do Exercício
Abril de 2024 a julho 2025	Valor justo por meio de resultado	Dólar	Dólar	NDF	139	6.094	41.633	(5.955)
Total Valor justo por meio de resultado					139	6.094		(5.955)
Total					179.173	193.862		

Os itens protegidos e os instrumentos de hedge possuem uma relação econômica, uma vez que os termos e condições críticos do item coberto, como montantes nocial, vencimentos, moedas e taxas de juros, são os mesmos do instrumento de cobertura.

- (i) A controlada direta Auren Operações contratou operações de derivativo de swap de câmbio, no valor nocial de US\$138.169 mil, em 31 de março de 2021, com valor de referência de R\$800.000, com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira, captadas nesta mesma data. O instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI + 1.48% a.a., com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.
- (ii) Em 16 de abril de 2025, a Companhia contratou uma operação de derivativo na forma de swap de taxa de juros, no montante de R\$2.000.000, com o objetivo de se proteger da exposição inflacionária associada à dívida indexada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") captada nesta mesma data. A operação converte o custo da Emissão de IPCA + 7,4515% a.a. para CDI – 0,50% a.a., resultando em um custo *all-in* final próximo ao CDI sem *spread*, com vencimento em 16 de abril de 2035.
- (iii) Em 12 de agosto de 2025, a Companhia contratou uma operação de derivativo na forma de swap de taxa de juros, no montante de R\$1.150.000, com o objetivo de se proteger da exposição inflacionária associada à dívida indexada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") captada nesta mesma data. A operação converte o custo da Emissão de IPCA + 6,9164% a.a. para CDI – 0,90% a.a., resultando em um custo *all-in* final próximo ao CDI sem *spread*, com vencimento em 15 de julho de 2037.

24.4 Demonstrativo de análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicações financeiras, fundo de liquidez – conta reserva, empréstimos, financiamentos e debêntures e instrumentos financeiros derivativos são (i) taxas de juros CDI, TJLP e IPCA, na data-base obtidas no IBGE e planejamento estratégico do grupo Votorantim. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

			Consolidado					
			Impactos no resultado					
				Cenário I	Cenários II & III			
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
BRL - CDI 14,90%		2.800.359	-72,92bps	(20.420)	(104.313)	(208.627)	104.313	208.627
BRL - CDI 14,90%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	1.442.506	-72,92bps	10.519	53.733	107.467	(53.733)	(107.467)
BRL - IPCA 4,26%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	9.340.541	6bps	(5.738)	99.477	198.954	(99.477)	(198.954)
BRL - TJLP 9,07%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	1.075.658	11bps	(1.183)	24.391	48.781	(24.391)	(48.781)
BRL - CDI 14,90%	Principal de instrumentos financeiros derivativos (ii)	4.139.341	-72,92bps	1.690	8.904	18.696	(8.124)	(15.559)
BRL - IPCA 4,26%	Principal de instrumentos financeiros derivativos (ii)	3.150.000	6bps	(260.667)	(280.173)	(533.742)	309.462	651.146
Cupom Dólar	Principal de instrumentos financeiros derivativos (ii)	989.341	-41bps	(1.760)	3.630	7.260	(3.630)	(7.260)
Câmbio								
USD	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	190.929	-1,20%	2.291	47.732	95.465	(47.732)	(95.465)
USD	Principal de instrumentos financeiros derivativos (ii)	989.341	-1,20%	174	3.630	7.260	(3.630)	(7.260)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
				Cenário I		Cenários II & III		
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
BRL - CDI 14,90%		128.595	-72,92bps	(938)	(4.790)	(9.580)	4.790	9.580
BRL - IPCA 4,26%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	3.277.673	6bps	(2.014)	34.907	69.814	(34.907)	(69.814)
BRL - IPCA 4,26%	Principal de instrumentos financeiros derivativos (ii)	3.150.000	6bps	(260.667)	(280.173)	(533.742)	309.462	651.146

*bps – basis points

- (i) Empréstimos, financiamentos e debêntures não contemplam os custos de captação.
- (ii) Os saldos apresentados não conciliam com a rubrica de Instrumentos financeiros derivativos, pois a análise realizada contemplou somente os cenários de taxas de juros sobre o valor principal das operações financeiras.

25 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor, principalmente, apólices de seguro operacional (Patrimonial) e Responsabilidade Civil Geral (RCG), conforme indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas e condições, consideradas, pela Administração, adequadas aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento	Limite máximo de indenização
Patrimonial	Riscos operacionais	até outubro/2027	985.000
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até outubro/2027	1.660.000
RCG	Danos Corporais e Danos Materiais causados a terceiros, RC Empregador, entre outras	até abril/2026	100.000
RCG	Danos Corporais e Danos Materiais causados a terceiros, RC Empregador, entre outras	até fevereiro/2026	100.000
Vida em grupo	Vida em grupo	até julho/2026	25 X salário, com o máximo de R\$1.562

O prêmio total pago pela Companhia e suas controladas para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 53.336 em 31 de dezembro de 2025.

26 Informações complementares ao fluxo de caixa

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia e de suas controladas da atividade de investimento e financiamento foram as seguintes:

	Consolidado									
	Intangível	Cauções e depósitos judiciais	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Instrumentos financeiros derivativos	Dividendos a pagar	Reservas de Lucros	Não controladores	Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.050.140	614.700	(11.458.127)	(220.110)	(401.181)	(45.976)	(860.489)	(1.077.260)	(2.196.958)	(13.595.261)
Fluxo de caixa das atividades										
Operacionais	(159.812)	30.105	808.348	19.892	-	-	-	-	-	698.533
Investimento	16.143	-	-	-	-	-	-	-	-	16.143
Financiamento	(20.699)	34.650	999.916	8.473	106.634	92.031	-	-	(1.100.000)	121.005
Alterações sem efeito caixa										
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	-	(21.684)	-	-	-	-	-	(21.684)
Variação monetária e cambial	-	-	(535.015)	-	(46.193)	-	-	-	-	(581.208)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	-	-	(1.039.350)	-	-	-	-	-	-	(1.039.350)
Marcação a mercado derivativos	-	-	-	-	(26.688)	-	-	-	-	(26.688)
Arrendamento	-	-	-	113.611	-	-	-	-	-	113.611
Reservas	-	-	-	-	-	(145.319)	-	-	(24.513)	(169.832)
Transferência para Fundo de Liquidez	-	(667.030)	-	-	-	-	-	-	-	(667.030)
Reclassificação derivativos	-	-	-	-	257.429	-	-	-	-	257.429
Outros	(27.280)	-	-	-	-	-	-	-	-	(27.280)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.858.492	12.425	(11.224.228)	(99.818)	(109.999)	(99.264)	(860.489)	(1.077.260)	(3.321.471)	(11.533.309)
Fluxo de caixa das atividades										
Operacionais	-	-	884.515	10.579	136.191	-	-	-	-	1.031.285
Investimento	4.399	-	(11.527)	-	-	-	-	(6.000)	-	(13.128)
Financiamento	-	-	(463.847)	3.442	(125.386)	99.090	746.457	83.224	(146.457)	196.523
Alterações sem efeito caixa										
Juros, variações monetárias e cambiais	-	-	(1.075.715)	(10.579)	(91.590)	-	-	-	-	(1.177.884)
Apropriação de custos de captação	-	-	(141.358)	-	-	-	-	-	-	(141.358)
Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	(15.877)	-	-	-	-	-	-	(15.877)
Transferências Imob x Intangível	380	-	-	(3.280)	-	-	-	-	-	(2.900)
Demais obrigações e outros passivos	-	-	(11.737)	-	-	-	-	-	-	(11.737)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	-	-	-	-	-	-	(110.491)	-	(110.491)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(125.253)	-	-	-	-	(125.253)
Derivativo sem efeito caixa	-	-	-	-	35.574	-	-	-	-	35.574
Instrumento Financeiro Derivativo	-	-	-	-	86.601	-	-	-	-	86.601
Fornecedores	19.539	-	-	-	-	-	-	-	-	19.539
Depreciação e amortização	(100.915)	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.915)
Amortização de mais-valia	(57.918)	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.918)
Baixa de imobilizado, intangível e arrendamentos	(42.333)	-	-	-	-	-	-	-	-	(42.333)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(164)
Dividendos deliberados (a pagar)	-	-	-	-	-	(42.816)	-	42.816	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.681.644	12.425	(12.059.774)	(99.656)	(193.862)	(42.990)	(114.032)	(1.067.875)	(3.467.928)	(11.963.745)

Auren Participações S.A.

Notas explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					
	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Instrumentos financeiros derivativos	Reserva de Lucros	Capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(1.846.659)	(1.143)	(73.496)	(1.231.057)	(2.196.958)	(5.349.313)
Fluxo de caixa das atividades						
Operacionais	164.259	(31)	(4.210)	-	-	160.018
Financiamento	1.290.975	1.553	48.284	-	(1.100.000)	240.812
Alterações sem efeito caixa						
Variação monetária e cambial	(190.550)	-	39.881	-	-	(150.669)
Apropriação de custos de captação	(124.191)	-	-	-	-	(124.191)
Arrendamento sem efeito caixa	-	(3.331)	-	-	-	(3.331)
Reservas	-	-	(22.624)	-	(24.513)	(47.137)
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	370.568	-	370.568
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(706.166)	(2.952)	(12.165)	(860.489)	(3.321.471)	(721.283)
Fluxo de caixa das atividades						
Operacionais	92.452	280	11.111	-	-	103.843
Financiamento	(2.374.157)	1.388	(104.248)	746.457	(146.457)	(1.877.017)
Alterações sem efeito caixa						
Juros, variações monetárias e cambiais	(169.520)	(280)	(2.604)	-	-	(172.404)
Apropriação de custos de captação	(104.405)	-	-	-	-	(104.405)
Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures	(15.877)	-	-	-	-	(15.877)
Derivativo sem efeito caixa	-	-	(63.479)	-	-	(63.479)
Outros	-	-	2.721	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(3.277.673)	(1.564)	(168.664)	(114.032)	(3.467.928)	(2.850.622)

27 Compromissos de longo prazo

Os principais compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

	Consolidado						
	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	Total
Encargos de uso de rede e conexão	397.036	398.088	399.029	399.029	399.029	3.466.923	5.459.134
Projetos de modernização	82.306	30.132	3.500	3.500	3.500	-	122.938
Projetos em Desenvolvimento/ Construção	257.344	6.998	1.553	1.646	1.745	-	269.286
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	22.140	22.353	22.567	22.784	23.004	244.397	357.245
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	68.201	29.968	29.968	29.968	29.968	49.947	238.020
Serviços de operação e manutenção - O&M	-	88.861	94.808	108.386	128.835	1.155.867	1.576.757
Serviços Segurança Patrimonial, Portaria e Controle de Acesso e Facilities	21.986	21.986	21.986	-	-	-	65.958
Aluguéis e arrendamentos	13.748	17.881	20.692	21.042	19.648	397.360	490.371
	862.761	616.267	594.103	586.355	605.729	5.314.494	8.579.709